



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



MINUTA DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
“AMPLA CONCORRÊNCIA”

CONTRATANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PLANEJAMENTO
(Com participação das Secretarias Municipais demandantes)

OBJETO:

Contratação, Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de provimento de acesso à internet banda larga por meio de fibra óptica, incluindo instalação, configuração, fornecimento de link dedicado, redundância, manutenção preventiva e corretiva, disponibilização de equipamentos e suporte técnico, para atender às necessidades das Secretarias e unidades administrativas do Município de Rio Crespo/RO.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 348.000,00 (Trezentos e quarenta e oito mil reais)

DATA ESTIMADA DA SESSÃO PÚBLICA:

18/06/2026 às 10:00 (horário de Brasília) no sítio

Plataforma de Compras: www.licitanet.com.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

“fundamentado nas legislações vigentes, conforme descrito neste edital e seus anexos, a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006, na IN 73/2022 e Decreto Federal nº 11.462/2023, bem como suas posteriores modificações e demais normas complementares e disposições deste instrumento.”

REGIME DE EXECUÇÃO

Execução indireta sob o regime de empreitada por preço global/lote.

INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO

PRAZO DE VIGÊNCIA

12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.

Eunice Souza dos Santos
AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRA

OBS: (Os arquivos dos documentos habilitatórios deverão ser enviados em um único arquivo em PDF, o mesmo para a proposta atualizada com as planilhas)



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



MINUTA DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
“AMPLA CONCORRÊNCIA”

1. – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. PREÂMBULO:

O MUNICÍPIO DE RIO CRESPO, Estado de Rondônia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 63.761.977/0001-41, com sede administrativa na Avenida Joaquim Pedro Sobrinho, nº 1040, Centro, CEP 76.863-000, Rio Crespo/RO, por intermédio da Pregoeira e equipe de apoio designados por ato competente, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, destinada à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de provimento de acesso à internet, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, bem como demais normas complementares aplicáveis e pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A presente licitação será processada por meio da plataforma LICITANET, em sessão pública eletrônica, observando-se sempre o horário oficial de Brasília/DF.

1.1.1. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS

1* Condutora do Processo (PREGOEIRA): Eunice Souza dos Santos – Agente de Contratação.

➤ **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Dia 18/06/2026, às 10h00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF)

➤ **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** Dia 18/06/2026, às 10h05min (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF)

3* Setor de Compras (Departamento de Compras, Licitações e Contratos) E-mail: licitacao@riocrespo.ro.gov.br; Portal da Transparência: Prefeitura Municipal de Rio Crespo; Portal Licitanet: Licitanet

1.2 DO OBJETO:

1.2.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de provimento de acesso à internet banda larga por meio de fibra óptica, incluindo instalação, configuração, fornecimento de link dedicado, redundância, manutenção preventiva e corretiva, disponibilização de equipamentos e suporte técnico, visando atender às necessidades das Secretarias e unidades administrativas do Município de Rio Crespo/RO.

Sempre será admitido que o presente Edital de Licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, foi cuidadosamente examinado pelas LICITANTES, não se isentando do fiel cumprimento dos dispositivos nele contidos e em seus anexos, em razão de omissão ou negligência oriunda do desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens.

➤ O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para conhecimento e retirada no endereço eletrônico: Licitanet, atuando a LICITANET – Licitações On-line como provedora do sistema eletrônico.

➤ A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



e horário previstos neste edital.

- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.
- Todos os horários mencionados neste Edital referem-se ao horário oficial de Brasília/DF, salvo disposição expressa em contrário.

1.2.2 A contratação abrangerá serviços de fornecimento de internet banda larga em fibra óptica, contemplando velocidades variadas para atendimento das unidades administrativas municipais, incluindo:

- a) Link de 1000 Mbps;
- b) Link de 500 Mbps;
- c) Link de 300 Mbps;
- d) Link de 200 Mbps;
- e) Link de 150 Mbps.

1.2.3 Os quantitativos constantes neste edital possuem caráter estimativo, podendo sofrer variações conforme a necessidade da Administração Pública, não gerando obrigação de contratação integral.

1.2.4 O objeto compreende, no mínimo:

- a) instalação e ativação dos links de internet;
- b) fornecimento de conexão via fibra óptica;
- c) disponibilização de link dedicado;
- d) fornecimento de equipamentos necessários à execução dos serviços;
- e) suporte técnico especializado;
- f) manutenção preventiva e corretiva;
- g) garantia de redundância e estabilidade da conexão;
- h) monitoramento e continuidade dos serviços contratados.

1.2.5 Os serviços deverão atender às necessidades das Secretarias Municipais e demais unidades administrativas contempladas no Termo de Referência, incluindo setores administrativos, unidades escolares, unidades de saúde, CRAS, Conselho Tutelar, Feira do Produtor Rural e demais órgãos municipais.

1.2.6 A definição dos pontos de instalação, velocidades, cronograma de ativação e demais especificações técnicas ocorrerá conforme necessidade da Administração e disposições constantes no Termo de Referência.

1.3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

1.3.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade de manutenção e ampliação da infraestrutura tecnológica das Secretarias e unidades administrativas municipais, garantindo acesso contínuo à internet para execução das atividades administrativas, operacionais e atendimento ao público.

1.3.2 A disponibilização de acesso à internet mostra-se essencial para:

- utilização de sistemas governamentais;
- execução de serviços administrativos;
- realização de atendimentos digitais;
- comunicação institucional;



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



- suporte às atividades educacionais, assistenciais e de saúde;
- operacionalização de pagamentos eletrônicos e serviços online;
- continuidade e eficiência dos serviços públicos municipais.

1.4 DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:

1.4.1 Esta licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do Processo Administrativo nº 1-426/2025, destinando-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sendo processada e julgada em estrita conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, transparência e demais princípios correlatos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021..

2 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 2.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 2.2. A impugnação "deverá" ser realizada exclusivamente através do Plataforma Licitanet, não sendo aceitos outros meios a não ser os aqui definidos.
- 2.3. Caberá a Agente de Contratação/pregoeira, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e/ou deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 2.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 2.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a Agente de Contratação, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente através da Plataforma Licitanet.
- 2.6. A Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e anexos.
- 2.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 2.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.
- 2.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.

3.2 Não cabe aos licitantes, após a abertura da sessão a alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).

3.3 Como requisito para participação e habilitação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).

3.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais.

3.5 REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

3.5.1 O certame será conduzido pelo(a) Agente de contratação(a), com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

3.5.2 Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

3.5.3 Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

3.5.4 Abrir as propostas de preços;

3.5.5 Analisar a aceitabilidade das propostas;

3.5.6 Desclassificar propostas indicando os motivos;

3.5.7 Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

3.5.8 Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

3.5.9 Declarar o vencedor;

3.5.10 Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

3.5.11 Elaborar a ata da sessão;

3.5.12 Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

3.5.13 Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

3.6 O Edital e os demais documentos complementares poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Rio Crespo, através do endereço eletrônico Portal da Transparência www.riocrespo.ro.gov.br, na Plataforma de Licitações “Licitanet, através do endereço www.licitanet.com.br e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Rio Crespo, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação para recebimento de propostas.

3.7 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de avisos ou quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

3.8 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.9 Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO as empresas que:

3.9.1 Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à **documentação exigida para habilitação** e estiverem devidamente credenciados no site www.licitanet.com.br;

3.9.2 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo *login* e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto a **LICITANET**.

3.9.3 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observados data e horário limite estabelecidos.

3.9.3.1 O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

3.5.3.2 – Para todas as empresas;

3.9.3.2 O licitante poderá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, para inscrição e cadastramento da proposta inicial de preços.

3.9.3.3 A LICITANET atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com o Município de Rio Crespo.

3.10 Poderão participar desta Licitação somente empresas que estiverem regularmente estabelecidas no País, cuja finalidade e ramo de atividade seja compatível com o objeto desta Licitação;

3.11 Poderão participar cooperativas e outras formas de associativismo, desde que, dependendo da natureza do serviço, não haja, quando da execução contratual, a caracterização do vínculo empregatício entre os executores diretos dos serviços (cooperados) e a pessoa jurídica da cooperativa ou a própria Administração Pública.

3.12 A participação nos itens se dará em conformidade com a legislação vigente, a saber:

3.12.1 VEDAÇÕES

3.12.2 Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:

3.12.3 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, equiparando-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.12.4 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.12.5 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, bem como o licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.12.6 Que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

3.12.7 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.12.8 Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



pela legislação trabalhista;

3.12.9 Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;

3.12.10 Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.12.11 Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;

3.12.12 Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do artigo 74, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012;

3.12.13 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem aos itens 3.8.2. e 3.8.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

3.12.14 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, deverá ser esclarecida poderão ser obtidas pelos telefones: (34) 3014- 6633 e (34) 9807-6633 ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site www.licitanet.com.br.

4.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de **Home Broker**, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.3. O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos elencados na **alínea “a” do subitem 5.2**

4.4. O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto a **LICITANET – Licitações On-line**, ou canceladas por solicitação do licitante.

4.5. A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do licitante junto ao Atendimento On-Line (CHAT) do site **LICITANET – Licitações On-line**, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.

4.6. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: **(34) 3014-6633 (34) 99678-7950 e (34) 99807-6633** ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

4.7. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.8. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Rio Crespo, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



4.9. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

5. – DA QUALIFICAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPRESAS EQUIPARADAS A ME/EPP, PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 ALTERADA PELA LC 147/2014 E DO DECRETO FEDERAL Nº 6.204, DE 5 DE SETEMBRO DE 2007

5.1 No ato do cadastro no sistema LICITANET, em campo próprio do sistema, a microempresa e/ou empresa de pequeno porte deverá (ão) declarar, sob as penas da Lei, que cumprem os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que essa Empresa/Cooperativa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

5.1.1 Para os efeitos deste Edital, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

5.2 Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido previsto no art. 42 e seguinte da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, a microempresa ou empresa de pequeno porte:

5.3 De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.4 Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.5 De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123. de 14 de dezembro de 2006;

5.6 Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123. de 14 de dezembro de 2006;

5.7 Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

5.8 Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo; 6.10.. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9 Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.10 Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 05 (cinco) anos-calendário, anteriores;

5.11 Constituída sob a forma de sociedade por ações.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



5.12 O Sistema verificará automaticamente junto à Receita Federal o porte da Empresa que atende os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

5.13 A optante pelo simples nacional está vedada a utilização dos benefícios do Regime Tributário Diferenciado, conforme o Artigo 17, Inciso XII, e Artigo 30, inciso II da Lei Complementar nº 123 de 2006, em atendimento ao entendimento esposado pelo TCU no Acórdão 797/2011 (Plenário).

5.14 O licitante **enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006 e alterações**, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

6 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

6.2. Quando do julgamento por Lote, o licitante deverá cotar todos os itens do lote desejado, sob pena de invalidação da proposta sobre aquele lote.

6.3. Quando do julgamento Global, o licitante deverá cotar todos os itens licitados, sob pena de invalidação da proposta.

7 DO REGISTRO (INSERÇÃO) DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO

7.1 Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até o horário limite da Sessão Pública descrito no preâmbulo deste edital conforme **item 1.1**, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- I. Valor unitário e total dos itens;
- II. Marca/Modelo;
- III. Fabricante;
- IV. Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso);

7.2. A etapa do anexo da documentação e proposta será encerrada com a abertura da sessão pública.

7.3. O envio da proposta, exigidos no **Anexo II** deste edital, deverá ser **ENVIADO** na ordem em que **foram solicitados** e em um único anexo em **PDF COMPRIMIDO**, ocorrerá por meio de uso da chave de acesso e senha, intransferíveis.

7.4. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

• A falsidade da declaração de que trata o 7.2.3 sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto.

7.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



7.6. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no **caput**, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de disputa e julgamento.

7.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Ag. de Contratação/Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.8. Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subseqüentes lances, se for o caso (inc. III, Art. 13, Decreto nº. 12.205/2006), bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (inc. IV, Art 13, Decreto nº. 12.205/2006).

7.9. As propostas de preços registradas no Sistema LICITANET, implicarão em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

7.10. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

7.11. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas na LICITANET e as especificações constantes no ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão as últimas.

7.12. Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, os quais deverão compor sua proposta.

7.13. **Se caso houver divergência da posição dos itens no Termo de Referência com o da Plataforma Licitanet, será considerado a posição dos itens na plataforma Licitanet.**

8 DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 A partir da data e horário definidos para abertura do presente certame, conforme descrito no **item 8.1.1** Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso);

8.1. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, a Ag. de Contratação/Pregoeira obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DECLASSIFICARÁ**.

8.2. O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

8.3. Quando houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências.

8.4. **AS LICITANTES DEVERÃO MANTER A IMPESSOALIDADE, NÃO SE IDENTIFICANDO, SOB PENA DE SEREM DECLASSIFICADAS DO CERTAME PELA**



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



PREGOEIRA.

8.5. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site www.licitanet.com.br, conforme Edital.

8.6. Todas as licitantes poderão apresentar lances para os **ITENS E/OU LOTES** cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

- Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o menor percentual ofertado, os lances serão ofertados observando-se as seguintes condições:

- Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, a Ag. de Contratação/Pregoeira, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

- Em casos de diligências no anexo da proposta inicial - à Comissão Julgadora promoverá as diligências destinadas a esclarecer dúvidas ou complementar o processamento do certame. É o sentido que se extrai do Acórdão 2.521/2003-TCU-Plenário, in verbis: “atente para o disposto no art. 43, §3º, abstendo-se, em consequência, de inhabilitar ou desclassificar empresas em virtude de detalhes irrelevantes ou que possam ser supridos pela diligência autorizada por lei”.

8.7. A abertura e da fase de lances “via Internet” será feita pela Ag. de Contratação/Pregoeira, sendo o Sistema Licitanet, responsável pelo encerramento dos prazos aleatórios, prazos adicionais e demais fases do certame, definidas conforme modo de Disputa definido no Item 09.

8.8. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação;

8.9. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances;

8.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

8.11. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

8.12. **DA EXEQUIBILIDADE** – Conforme IN 73/2022 Art. 34. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.13. Sendo efetuado lance manifestamente **inexequível acima de 50%**, a Ag. de Contratação/Pregoeira poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, a ser excluído, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente, persistindo o lance inexequível, **poderá a Agente de Contratação exigir uma garantia de proposta para segurança desta Administração;**

8.14. Permanecendo a proposta considerada inexequível, o proponente **deverá** comprovar a exequibilidade de sua proposta, apresentando documentos tais como CONTRATO(S)/ FATURA(S) e planilha de custo, demonstrando se o valor ofertado gerará lucro para a futura contratada, com objeto e



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



preços compatíveis aos ofertados pela licitante para a contratação, acompanhado(s) de notas fiscais e declarações da CONTRATANTE que comprovem a execução satisfatória de objeto compatível com o da pretensão contratual. Não serão aceitos somente declarações, a falta do envio da comprovação resultará na desclassificação da proposta.

- A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **item/lote**;

8.15. O proponente que encaminhar o lance com valor aparentemente inexequível durante o período de encerramento aleatório, e, não havendo tempo hábil, para exclusão e/ ou reformulação do lance, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá a oportunidade de enviar sua proposta **DECLASSIFICADA** na fase de aceitabilidade;

9 DO MODO DE DISPUTA

9.1 No presente certame, o modo de disputa será o modo **ABERTO**, nos termos da lei 14.133/21 e o DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.

9.1. **Modo de Disputa Aberto** - A etapa de envio de lances na sessão pública durará **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.2. O fornecedor somente poderá encaminhar lance com intervalo mínimo entre eles de R\$ 100,00 menor que o valor do último lance, os lances mínimos vai depender de cada item.

9.3 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviado nesse período de prorrogação.

10.3.1 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.4 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, a pregoeira poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

10.5 **Modo de Disputa Aberto e Fechado** - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de **quinze minutos**.

10.6 Encerrado o prazo previsto, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o **período aleatório de até dez minutos**, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

10.7 Encerrado o prazo de que trata, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.8 Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

10.8.1 Encerrados os prazos, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

10.9 Na ausência de lance final e fechado classificado, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa.

10.10 Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, a pregoeira poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



reinício da etapa fechada.

11. DA DESCONEXÃO DA PREGOEIRA

11.1. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a pregoeira no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.2. A Pregoeira, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

11.2.1. *Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas 12 (doze) horas após a comunicação do fato aos participantes, através do CHAT MENSAGEM, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site www.licitanet.com.br.*

12. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP/MEI's

12.1. Na disputa de itens de participação **Exclusiva** ou **Cotas Reservadas** para ME/EPP/MEI, proceder-se-á da seguinte forma:

12.1.1. Poderá ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individuais sediadas locais, regional ou estadual, até o limite de 10% (dez) por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

a) aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas ME's, EPP's ou MEI's sediadas Local, Regional, ou Estadual sejam iguais ou **até dez por cento superiores** ao menor preço;

b) nos termos do Decreto Municipal 1175/2016, **nos itens destinados às ME/EPP/MEI**, o critério de preferência será oferecido:

I - Primeiramente às ME's, EPP's ou MEI's sediadas Local.

II - Diante da não contratação, o benefício será concedido às ME's, EPP's ou MEI's sediadas Regional.

III - Diante da não contratação, o benefício será concedido às ME's, EPP's ou MEI's sediadas Estadual.

c) para efeito do item anterior, considera-se:

I – Entende-se por Local as ME's, EPP's e MEI's sediados no município de Rio Crespo;

II – Entendem-se por Regional as ME's, EPP's e MEI's sediados na microrregião do Vale do Jamari, sendo: Ariquemes, Cacauplandia, Buritis, Campo Novo, Monte Negro, Machadinho do Oeste e Cujubim, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

III – Entende-se por Estadual as ME's, EPP's e MEI's sediados nos demais municípios do Estado de RO.

d) nas licitações a que se refere o subitem anterior, a prioridade será aplicada apenas na cota reservada para contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte;

e) nas licitações com exigência de subcontratação, a prioridade de contratação prevista neste inciso somente será aplicada se o licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente ou for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente;



13. DO DESEMPATE

13.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, na Lei complementar 003/2018, seguido da aplicação do critério estabelecido no art. 60 da Lei 14.133 01 de abril de 2021, se não houver licitante que atenda às primeiras hipóteses, nesta ordem:

- disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

13.1.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- empresas brasileiras;
- empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

- avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

- desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

- desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

13.1.3. Obs: “Mediante análise das declarações enviadas por parte dos fornecedores que irão servir para critério de desempate, o condutor do processo identificará a necessidade ou não de um sorteio, caso exista essa necessidade o condutor do processo poderá excluir os fornecedores que, não enviaram as declarações em relação a outros que enviaram, fornecedores que enviaram declarações que não preenchem os requisitos legais e/ou fornecedores que tenham enviado apenas uma das declarações em relação aos que enviaram as duas e que se enquadram dentro dos requisitos exigidos”.

- Exauridas as condições estabelecidas no art. 60 da Lei 14.133/2021, proceder-se-á com **SORTEIO ELETRÔNICO**, disponibilizado pela plataforma Licitanet em conformidade com a Instrução Inicial de Representação com Pedido de Cautelar TC 039.591/2023-3 do TCU.

14 DO BENEFÍCIO REGIONAL QUANDO APLICÁVEL

14.1 Nos termos do Decreto Municipal nº 1175, de 2016, e, justificadamente, visando à promoção do desenvolvimento econômico no âmbito local e regional, será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

14.2 Aplica-se o acima disposto nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço;

14.3 A microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



14.4 a hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada com base no item 7.14.2, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação do item 7.14.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

14.5 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

14.6 Para efeitos da aplicação da margem de preferência, considera-se:

14.7 Âmbito local - sede e limites geográficos deste Município;

14.8 os municípios circunvizinhos, através das microrregiões, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e assim considerados, especificamente: **Ariquemes, Monte Negro, Buritis, Alto Paraíso, Campo Novo de Rondônia, Cacaulândia, Rio Crespo, Cujubim e Machadinho D'Oeste.**

14.9 Os benefícios previstos nos itens não se aplicam quando: I – não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

14.10 Nos demais casos, ocorrendo igualdade de preços entre 02 (duas) ou mais propostas, será promovido sorteio, mediante convocação de todos os licitantes participantes do certame, nos termos do Art. 45, §2º.

14. – DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

14.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira encaminhará pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

§ 1º A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 2º Após ACEITE e a 1º fase de intenção de recurso, fica estabelecido o prazo de **02 (Duas) horas**, contado da solicitação da Ag. de Contratação/Pregoeira no sistema, para envio da Proposta readequada ao último lance ofertado e envio dos documentos de habilitação, podendo ser prorrogado em casos em que seja solicitado via chat antes do fim do primeiro prazo aberto e conforme entendimento da condutora do processo.

§ 3º **Todos os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, inclusive quando a legislação ou o edital exijam apresentação de planilha de composição de preços.**

14.2. A Ag. de Contratação/Pregoeira não aceitará e não adjudicará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços.

14.3. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes nos ANEXOS I e III – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso a licitante divergir com o exigido, a Pregoeira poderá convocar para atualização do referido valor, e/ou realizar a atualização dos valores



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



arredondando-os PARA MENOR automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

15 - DA PROPOSTA DE PREÇOS DEFINITIVA

- 15.1. Encerrada a fase de lances e negociação, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao último valor ofertado, devidamente preenchido, juntamente com a documentação habilitatória e **complementar** (Anexo II), caso haja.
- 15.2. O encaminhamento se dará através do módulo HABILITANET/LICITANET no rol de menus da Sala de Disputa, dentro do prazo estabelecido, após a fase de lances.

16. – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 16.1. Cumpridas as etapas anteriores, a Ag. de Contratação/Pregoeira verificará a aceitação da licitante conforme disposições contidas no presente Edital.
- 16.1.1. Toda e qualquer informação, referente ao certame licitatório, será transmitida pela Pregoeira, por meio do CHAT MENSAGEM;
- 16.2. Se a proposta de preços não for aceitável, a Ag. de Contratação/Pregoeira examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital;
- 16.3. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital;
- 16.3.1. A desistência em apresentar lance implicará a Licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado.
- 16.5.1 A proposta deverá ser apresentada exclusivamente por meio eletrônico, até a data e horário fixados neste edital.
- 16.5.2 O O licitante deverá apresentar proposta para o lote único, contemplando todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, inclusive:
- a) instalação e ativação dos links de internet;
 - b) fornecimento de conexão via fibra óptica;
 - c) disponibilização de link dedicado;
 - d) fornecimento, configuração e manutenção dos equipamentos necessários à prestação dos serviços;
 - e) suporte técnico especializado;
 - f) manutenção preventiva e corretiva;
 - g) tributos, taxas e encargos legais;
 - h) despesas com mão de obra, transporte, alimentação e deslocamento da equipe técnica;
 - i) materiais, ferramentas, insumos e demais despesas operacionais necessárias à execução contratual;
 - j) custos relacionados à garantia de redundância, estabilidade e continuidade dos serviços.

16.5.3 O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, **60 (sessenta) dias**.

16.6 A proposta final do licitante tem validade 60 dias a partir da abertura do pregão.

16.7 Após, a Ag. de Contratação/Pregoeira irá abrir a **PRIMEIRA FASE** de intenção de recurso.

16.8 DA PRIMEIRA FASE DE INTENÇÃO DE RECURSO APÓS ACEITE DAS PROPOSTAS

16.7.1 Após a fase de julgamento das propostas da etapa de negociação e o aceites das propostas, a Ag.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



de Contratação/Pregoeira abrir a intenção de recurso no prazo de 15 (minutos) para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema. Nesse momento a Agente de Contratação/Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso, sendo realizada a apreciação e definida a resposta na última fase de Intenção de Recurso. Nas fundamentações do TCU Acórdão 2180/2023 e Art. 44 do Decreto art. 40 da IN73/2022 e Art. 44 do Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019.

17. – DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS

17.1. Nos casos em que a Ag. de Contratação/Pregoeira constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

17.2. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

17.2.1. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, a Ag. de Contratação/Pregoeira procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

17.3. Diante de divergências claramente resultantes de erro de digitação ou preenchimento, a Ag. de Contratação/Pregoeira se reserva o direito de solicitar a correção da proposta.

17.4. Em casos de ausência de declarações, e ou quando precisar solicitar ao licitante um novo documento atualizado para substituir aquele que tenha sido apresentado com a validade expirada e de outros anexos do edital, que não altere ou fira os objetivos da licitação, **PODERÁ** a Agente de Contratação/Pregoeira abrir diligência e prazo de documentos complementares.

18 – DA HABILITAÇÃO DA(S) LICITANTE(S)

18.1. A relação de documentos requisitados para comprovação da habilitação do licitante no presente certame encontra-se **no Anexo III** deste edital.

18.2. A habilitação do licitante será comprovada mediante consulta da documentação especificada neste Edital.

18.3. A consulta deverá comprovar que o licitante se encontrava regular na data marcada para abertura das propostas.

18.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

18.5. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- I. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- II. Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
- III. Se o licitante for à matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

18.6. A Administração, por meio da Comissão ou servidor (es) designado(s), poderá ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor as penalidades previstas em lei



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



caso haja ateste de informações inverídicas.

18.7. Depois de solicitado pela Ag. de Contratação/Pregoeira, a empresa melhor classificada terá o prazo de até 02 **(duas) horas** para enviar a documentação para habilitação e documentação **complementar** através do módulo HabilitaNet/Licitanet.

18.8. A Ag. de Contratação/Pregoeira poderá suspender a sessão para análise da documentação de habilitação.

18.9. Os documentos de habilitação devem estar em conformidade ao Art 62º da Lei Federal nº 14.133/21 em casos de descumprimento, poderá a Ag. de Contratação/Pregoeira considerar o proponente **INABILITADO**.

18.10. Art. 62/14.133 – 2021 - A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

I - jurídica;

II - técnica;

III - fiscal, social e trabalhista (Conforme Lei Federal 123/2006 em seu Art. 43, que trás o tratamento diferenciado para os ME, EPPS e MEI);

IV - econômico-financeira.

18.11. A ausência dos anexos como Declarações, que compõem no Edital, poderão ser sanados via diligência.

18.12. A Administração não se responsabiliza pela perda de negócios quanto aos documentos exigidos para habilitação que puderem ser emitidos pela Ag. de Contratação/Pregoeira via online, gratuitamente, quando da ocorrência de eventuais problemas técnicos de sistemas ou quaisquer outros, pois é de inteira responsabilidade das licitantes a apresentação dos documentos exigíveis legalmente quando da convocação.

18.13. Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei.

18.14. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

18.15. Será assegurado às empresas que tenham declarado sob as penas da lei a condição de ME/EPP e que não incorram nas hipóteses de desenquadramento, a possibilidade de regularização da documentação para habilitação pertinente à regularidade fiscal, na forma prevista pelo art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

18.16. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar **toda a documentação exigida** para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

18.17. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

18.18. A não regularização da documentação, no prazo previsto nos itens acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Lei nº14 133/21 e no DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, assinatura do contrato ou



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



revogar a licitação.

18.19. Poderá a pregoeira prorrogar pelo mesmo período o prazo de envio de documentos habilitatórios/proposta readequada, diante de solicitação do licitante e ou em casos de diligência.

18.20. A Administração se reserva no direito de diligenciar, a qualquer momento, no sentido de verificar a validade e a autenticidade de qualquer certidão apresentada. Havendo divergências, será considerada válida pela Administração a certidão obtida com data mais recente.

18.21. Também em sede de diligência, havendo dúvidas sobre a veracidade dos documentos apresentados para habilitação ou sua compatibilidade com as exigências editalícias, poderá ser solicitada a exibição de documentos complementares como: termo de contrato, atas de registro de preços, notas de empenho, notas fiscais ou outros considerados pertinentes.

18.22. Nos casos em que o objeto social cadastrado se mostrar confuso, dubio ou pouco objetivo, a Ag. de Contratação/Pregoeira poderá abrir diligência com o único fim de apurar se a licitante atua em ramo pertinente ao objeto da presente licitação.

18.23. Na fase de Habilitação, após ACEITA e comprovada a Documentação de Habilitação, a Ag. de Contratação/Pregoeira HABILITARÁ a licitante, em campo próprio do sistema eletrônico.

19 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

19.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

19.2 Documentos pessoais dos Sócios;

19.3 Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

19.3.1 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrada na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

19.3.2 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

19.3.3 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

19.3.4 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

19.3.5 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações, ou, da consolidação respectiva;

19.4 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

19.4.1 Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

19.4.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

19.4.3 Comprovação de Regularidade perante a Fazenda Municipal: Certidão dos Tributos relativos ao domicílio ou sede do proponente.

19.4.4 Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.

19.4.5 A certidão de débitos Estaduais deverá estar acompanhada de prova de regularidade, através da apresentação de **Certidão da dívida ativa do Estado (no caso de ser do Estado de Rondônia, seguir a Instrução Normativa nº 12/2021/GAB/CRE).**

19.4.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, fornecida no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho: www.tst.gov.br - Em atendimento a Lei 12.440/2011 e a Resolução Administrativa do Tribunal Superior do Trabalho nº 1470/2011.

19.5 **REGULARIDADE CADASTRAL:**

9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

19.6 **DECLARAÇÕES**

19.6.1 Apresentação da DECLARAÇÃO UNIFICADA (MODELO ANEXO IV) contendo o seguinte:

OBS: Sob pena de desclassificação, a declaração deverá conter:

19.6.1.1 Não foi declarada inidônea para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;

19.6.1.2 Que não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21;

19.6.1.3 Para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregado menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88;

19.6.1.4 Não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal de Rio Crespo-RO.

19.6.1.5 Que atende aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21;

19.6.1.6 Não possui condenação, por decisão judicial transitada em julgado, em pena de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, nos termos previstos na Lei 8.429/92;

19.6.1.7 Que Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e parareabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme artigo 63, IV da lei 14.133/2021;

19.6.1.8 Que o(s) produto(s) ofertados atende(m) na íntegra as exigências deste edital e que a(s) marca(s) e especificação(ões) entregues serão a mesma ofertada na proposta;

19.6.1.9 Que toda documentação anexada à plataforma LICITANET é autêntica.

19.6.1.10 Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme art. 63, IV § 1º da lei 14.133/2021;



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



19.6.1.11 QUANDO Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual: **declarar** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006 e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da referida Lei Complementar, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

19.6.1.12 Declara ainda tem ciência da observância dos limites de valor anual de enquadramento conforme art 4º § 2º da lei 14.133/2021.

19.6.1.13 . DA HABILITAÇÃO TÉCNICA (ART. 67, LEI Nº 14.133/2021):

A licitante deverá apresentar, no mínimo:

- a) 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência anterior compatível com o objeto licitado, especialmente na prestação de serviços de provimento de acesso à internet banda larga em fibra óptica, link dedicado, instalação, configuração, manutenção e suporte técnico relacionados à conectividade de rede;
- b) comprovação de que dispõe ou disporá, para execução contratual, de equipe técnica qualificada para instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva dos serviços contratados;
- c) comprovação de autorização ou licença expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, compatível com a prestação dos serviços objeto desta licitação, quando exigível nos termos da legislação aplicável;
- d) declaração de que possui capacidade operacional e estrutura técnica aptas à prestação dos serviços, garantindo suporte técnico, estabilidade, continuidade e manutenção da conexão durante toda a execução contratual;
- e) declaração de que os equipamentos, materiais e serviços ofertados atendem às especificações técnicas previstas no Termo de Referência e demais anexos do Edital.

19.5.1.15 DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

- a) Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação;
- b) Declaração de inexistência de fatos impeditivos;
- c) Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- d) Declaração de cumprimento da reserva legal de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social, quando aplicável;
- e) Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos da execução contratual;
- f) Declaração de que possui capacidade técnica e operacional para execução dos serviços;
- g) Declaração de atendimento às especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

19.7 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

19.7.1 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.7.2 A certidão deverá estar válida na data da sessão pública. Não constando prazo de validade no documento, será aceita aquela emitida em até 90 (noventa) dias anteriores à data da realização do certame.

19.7.3 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados no prazo estabelecido neste Edital, por meio do sistema eletrônico.

19.7.4 A Pregoeira poderá realizar diligências para esclarecer informações ou sanar falhas formais nos documentos apresentados, desde que não haja inclusão de documento novo que deveria ter sido apresentado originalmente, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.7.5 Às microempresas e empresas de pequeno porte será assegurado o tratamento favorecido



previsto na Lei Complementar Federal nº 123/2006.

19.8. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

19.8.1 Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, observando-se, no mínimo:

- a) fornecimento de conexão de internet banda larga por meio de fibra óptica;
- b) disponibilização de link dedicado, conforme especificações do Termo de Referência;
- c) garantia de estabilidade, continuidade e disponibilidade dos serviços;
- d) instalação, configuração e ativação dos links contratados;
- e) fornecimento dos equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços;
- f) realização de manutenção preventiva e corretiva sempre que necessário;
- g) disponibilização de suporte técnico especializado para atendimento das demandas da Administração.

19.8.2 A contratada deverá assegurar que os serviços sejam executados por profissionais tecnicamente qualificados e aptos à instalação, configuração, manutenção e suporte da infraestrutura de rede e conectividade.

19.8.3 A Administração poderá solicitar, sempre que necessário, esclarecimentos técnicos, comprovação de capacidade operacional ou adoção de medidas corretivas visando garantir a continuidade e qualidade dos serviços prestados.

19.8.4 A Administração poderá rejeitar serviços executados em desacordo com as especificações do Termo de Referência, bem como exigir substituição de equipamentos, correção de falhas ou adequação técnica da execução contratual.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1 Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Termo de Referência, constituem obrigações da contratada:

20.2 Executar os serviços conforme as especificações técnicas, prazos, condições e níveis de qualidade estabelecidos no Edital, Termo de Referência e contrato.

20.3 Realizar a instalação, configuração, ativação e manutenção dos links de internet contratados, garantindo pleno funcionamento dos serviços.

20.4 Disponibilizar, sem custos adicionais, todos os equipamentos, materiais, ferramentas e insumos necessários à execução contratual.

20.5 Disponibilizar suporte técnico especializado, manutenção preventiva e corretiva, durante toda a vigência contratual.

20.6 Atender às solicitações da Administração dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Referência, especialmente em casos de falha, interrupção ou instabilidade dos serviços.

20.7 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, serviços, equipamentos ou materiais que apresentem defeitos, falhas ou desconformidade com as especificações contratadas.

20.8 Responder integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e civis decorrentes da execução contratual.

20.9 Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

20.10 Comunicar formalmente à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer a



continuidade ou qualidade da prestação dos serviços.

21 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

21.1 Fornecer à contratada as informações necessárias para execução dos serviços, incluindo locais de instalação, responsáveis técnicos e demais orientações pertinentes.

21.2 Permitir o acesso da equipe técnica da contratada aos locais de instalação e manutenção, observadas as normas internas da Administração.

21.3 Fiscalizar a execução contratual, acompanhando a qualidade dos serviços prestados, funcionamento dos links, suporte técnico e cumprimento das obrigações assumidas.

21.4 Efetuar os pagamentos devidos após o recebimento e atesto da execução dos serviços pelo fiscal do contrato, nos termos previstos no Edital e no contrato administrativo.

22 DO PAGAMENTO

22.1 O pagamento será realizado conforme os serviços efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização contratual, mediante apresentação de:

- a) nota fiscal/fatura;
- b) relatório técnico ou documento equivalente de execução dos serviços;
- c) certidões de regularidade fiscal e trabalhista válidas, quando exigidas pela legislação aplicável.

22.1.1 Somente serão pagos os serviços efetivamente prestados e aceitos pela Administração.

22.2 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da documentação fiscal regular e do atesto da execução pelo fiscal do contrato.

22.4 DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

22.4.1 A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão formalmente designada pela Administração Municipal.

22.4.2 Compete à fiscalização contratual:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
- b) verificar o funcionamento, estabilidade e disponibilidade dos links contratados;
- c) comunicar à contratada eventuais falhas, interrupções ou irregularidades verificadas na execução;
- d) solicitar correções, reparos ou adequações técnicas quando necessárias;
- e) atestar a execução dos serviços para fins de pagamento.

23 DOS RECURSOS

23.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido pela Agente de Contratação/Pregoeira, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

23.2 A ausência de manifestação imediata e motivada quanto à intenção de recorrer importará na preclusão do direito recursal, autorizando a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

23.3 A Pregoeira examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou rejeitando-a motivadamente em campo próprio do sistema eletrônico.

23.4 O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá apresentar as razões recursais no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, contado do término do prazo do recorrente.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



23.5 Os recursos serão dirigidos à autoridade competente, por intermédio da Pregoeira, que poderá reconsiderar sua decisão ou encaminhá-los devidamente informados para apreciação superior, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.6 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

23.7 Os autos do processo permanecerão à disposição dos interessados por meio eletrônico e junto ao setor competente da Prefeitura Municipal de Rio Crespo/RO.

23 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

23.1 Homologado o certame, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato administrativo, no prazo e condições estabelecidos neste Edital.

23.2 O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração.

23.3 A contratação decorrente deste certame não obriga a Administração à utilização integral dos quantitativos estimados, podendo os serviços serem executados conforme necessidade administrativa e disponibilidade orçamentária.

23.4 A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

23.5 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às sanções previstas neste Edital e na legislação aplicável.

24 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

24.1 Atendidas as exigências do Edital, estando habilitada a licitante e sendo aceita a proposta de menor preço por lote, a Pregoeira declarará vencedora a licitante classificada em primeiro lugar.

24.2 A indicação da proposta vencedora, classificação das propostas e demais informações relativas à sessão pública constarão em ata divulgada no sistema eletrônico da [Licitanet](http://licitanet.com.br).

24.3 A adjudicação do objeto será realizada pela Pregoeira quando não houver recurso administrativo.

24.4 Havendo recurso, a adjudicação e homologação competirão à autoridade competente, após decisão final.

24.5 A homologação da licitação será realizada pela autoridade competente, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

24.6 O objeto deste Pregão Eletrônico será adjudicado por lote à licitante vencedora.

25 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1 Nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, aplicar a Contratada inadimplente as seguintes penalidades:

- I. Advertência;
- II. Multa, sobre o valor contratado, no seguinte percentual:

§ 1º 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor contratado, no caso de atraso na entrega do objeto do contrato ou na substituição de bens ou serviços, ou ainda, por ocorrência de descumprimento contratual, limitado a 20% (vinte por cento) a ser calculado sobre o valor dos objetos não entregues;



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



III. Suspensão temporária em participar de licitação e contratar com Administração, aplicados conforme a seguinte gradação das faltas cometidas:

§ 1º Gravíssima: 05 (cinco) anos, mais declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública. Compreende os casos de crime na execução do contrato, inexecução total e a recusa em assinar o contrato;

§ 2º Grave: 04 (quatro) anos. Compreende os casos de retardamento da execução do objeto com prejuízo à Administração;

§ 3º Leve: 03 (três) anos. Retardamento da execução do objeto, sem prejuízo à Administração;

§ 4º Às demais ocorrências, que não previstas nas alíneas anteriores, será aplicada a suspensão por prazo diretamente proporcional ao percentual da inexecução. Exemplo: Inexecução Parcial de 20% do contrato = 1 ano; Inexecução Parcial de 40% = 2 anos.

a) Pelo descumprimento total ou parcial do contrato pela Contratada, a Administração poderá rescindir o contrato, anular o empenho e/ou aplicar multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação;

b) A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual;

c) A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte da contratada, na forma da lei;

d) Não se aplica a multa referida no inciso II em casos fortuitos ou de força maior, condicionando a contratada a apresentar justificativa por escrito, até 24(vinte e quatro) horas antes do término do prazo para a entrega dos objetos, porém, na hipótese da não aceitação da justificativa do atraso, o valor das multas será deduzido da importância a ser paga à contratada;

e) As penalidades previstas nesse tópico não excluem outras decorrentes da Lei nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021.

f) Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no 14.133, de 01 de abril de 2021, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

25.2 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) **Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;**

b) Impedimento de licitar e de contratar com o MUNICIPIO DE RIO CRESPO, pelo prazo de até cinco anos;

c) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

25.3 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei 14.133, de 01 de Abril de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

25.4 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

25.5 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

25.6 Sem prejuízo das sanções já previamente citadas, será considerado ainda o estabelecido no



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



Termo de Referência.

26. – DO REAJUSTE E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

26.1 Os preços contratados permanecerão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado da contratação, nos termos da legislação aplicável.

26.2 Após o interregno de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação de índice oficial previsto no contrato, observada a legislação vigente e mediante solicitação formal da contratada.

26.3 Poderá ser concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato nas hipóteses de fatos imprevisíveis, previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, que comprovadamente tornem excessivamente onerosa a execução contratual, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

26.4 A solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formalmente apresentada pela contratada, acompanhada de documentação comprobatória suficiente, tais como:

- a) notas fiscais;
- b) planilhas de composição de custos;
- c) tabelas oficiais;
- d) documentos fiscais;
- e) outros elementos que demonstrem efetivamente a alteração dos custos da contratação.

26.5 O pedido de reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro não autoriza a interrupção da execução contratual, devendo a contratada manter a prestação dos serviços nas condições originalmente pactuadas até decisão final da Administração.

26.6 A análise e eventual concessão de reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro dependerão de manifestação técnica e decisão da autoridade competente, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

27 DAS CONDIÇÕES GERAIS

27.1 A Administração Pública se reserva no direito de:

27.2 Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

27.3 Revogar, **se for considerada inoportuna, por interesse da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO** em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização.

27.4 Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

27.5 A Pregoeira ou a Autoridade Competente é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

27.6 As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

27.7 Após apresentação da proposta de preços, não caberá desistência desta, sob pena da licitante



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



sofrer as sanções previstas na lei 14.133/21 e no DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, as demais normas que regem esta licitação, salvo se houver motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceita pela Ag. de Contratação/Pregoeira.

27.8 O Licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta de preços, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta de preços, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado dos sistemas de cadastramento de fornecedores.

27.9 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

27.10 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

27.11 Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

27.12 As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

27.13 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto na Lei 14.133, de 01 de Abril de 2021.

27.14 As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

27.15 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, por quanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

27.16 Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

27.17 Fica assegurada a unidade requisitante, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;

27.18 Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o Termo de Referência, e por último os demais anexos.

27.19 Aos **Casos Omissos**, serão solucionados diretamente pela Ag. de Contratação/Pregoeira ou autoridade Competente, observados os preceitos de direito público e as disposições que se aplicam as demais condições constantes na Lei Federal 14.133/21 e suas alterações, DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023 e Lei complementar nº. 123/06 e alterações.

27.20 É vedada a subcontratação total do objeto deste Pregão, sendo a subcontratação parcial possível em casos excepcionais, com prévia anuência da Administração;



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



27.21 O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site www.licitanet.com.br e alternativamente no site www.riocrespo.ro.gov.br.

27.22 Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

27.23 Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone/fax (69) 3539-2017/203 na **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SML**.

27.24 A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133, de 01 de Abril de 2021.

27.25 Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os autos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

Não cabe à LICITANET – Licitações On-line qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

27.26 Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

27.27 Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3539-2017/203, ou na sede Prefeitura de Rio Crespo /RO.

28 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

28.3 A sessão pública poderá ser reaberta:

✓ Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

✓ Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato:

✓ não cumprir as exigências contratuais;

✓ não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006; e

✓ Obs: Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

✓ solicitar desistência do ITEM/LOTE após assinatura do contrato.

✓ O setor demandante solicitará ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos a reabertura da sessão dès de que justificadamente.

✓ Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

28.4 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório, ou ainda podendo ser via publicação no Diário Oficial Municipal.

29 – ANEXOS

32.1 Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPÓ
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



Integram este edital, para todos os fins:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Modelo de Proposta;
- c) Anexo III – Modelo de Declaração Unificada;
- d) Anexo IV – Modelo de Declaração de Exequibilidade;
- e) Anexo V – Minuta de Contrato

Rio Crespo, 28 de maio de 2026.



TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 426/2025

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (COM LICENÇA ANATEL) PARA DISPONIBILIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET BANDA LARGA EM LINK DE FIBRA ÓPTICA, DEDICADO (NÃO COMPARTILHADO) E FULL DUPLEX, GARANTINDO 100% DA VELOCIDADE CONTRATADA TANTO PARA DOWNLOAD QUANTO PARA UPLOAD, VELOCIDADES EXIGIDAS: (1TB; 500MBPS; 300MBPS; E 200MBPS), INCLUINDO INSTALAÇÃO COMPLETA DA REDE LÓGICA INTERNA E EXTERNA (COM FORNECIMENTO DE CABOS E MATERIAIS), BEM COMO A IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS ATIVOS, INFRAESTRUTURA LÓGICA DE REDE, COM SUPORTE DE SOLUÇÃO DE NEXT GENERATION FIREWALL (NGFW) E SUPORTE TÉCNICO CONTINUADO, VISANDO ASSEGURAR A PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS, ASSIM COMO FORTALECER AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E SEGURANÇA CIBERNÉTICA DA INSTITUIÇÃO.

Rio Crespo-RO, 28 de abril de 2026



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº: 426/2025

Unidades Demandantes:

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento
Secretaria Municipal de Obras
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal Assistência Social
Secretaria Municipal de Saúde
Gabinete do Prefeito

Unidade de Contratações / Compras: Dpto. de Compras e Licitações

Interessado: Prefeitura Municipal de Rio Crespo/RO

Tipo de contratação: Procedimento licitatório – Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Peças integrante deste Termo de Referência:

Estudo Técnico Preliminar;
Análise de Risco; e
Pesquisa de Preço.

1. OBJETO:

1.1 Contratação de empresa especializada, devidamente regular perante a ANATEL, para disponibilização, instalação, ativação, operação assistida, manutenção preventiva e corretiva de serviço de conectividade corporativa por meio de link dedicado de internet em fibra óptica, full duplex, com garantia integral da banda contratada, incluindo implantação da infraestrutura lógica interna e externa, fornecimento de materiais, cabeamento estruturado, ativos de rede e equipamentos em regime de comodato, bem como implantação, configuração e suporte de solução de segurança de rede do tipo Next Generation Firewall (NGFW), suporte técnico continuado e serviços acessórios necessários ao pleno funcionamento da solução, para atendimento das unidades administrativas do Município.

1.2 A solução deverá assegurar disponibilidade, desempenho, continuidade, integridade, confidencialidade e segurança da infraestrutura tecnológica municipal, inclusive com aplicação de políticas institucionais de filtragem de conteúdo web e bloqueio de páginas impróprias ao ambiente administrativo, inclusive páginas de conteúdo pornográfico, observada a proteção de dados e a vedação de monitoramento individualizado de servidores, salvo hipótese legalmente autorizada.

1.3 Natureza:

(X) Natureza Comum

Nº	LOCAIS PÚBLICOS	UND MED	QTD	VLR UNT	VLR TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (COM	Mensal	12		





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



LICENÇA ANATEL) PARA DISPONIBILIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET BANDA LARGA EM LINK DE FIBRA ÓPTICA, DEDICADO (NÃO COMPARTILHADO) E FULL DUPLEX, GARANTINDO 100% DA VELOCIDADE CONTRATADA TANTO PARA DOWNLOAD QUANTO PARA UPLOAD, VELOCIDADES EXIGIDAS: (1TB; 500MBPS; 300MBPS; E 200MBPS), INCLUINDO INSTALAÇÃO COMPLETA DA REDE LÓGICA INTERNA E EXTERNA (COM FORNECIMENTO DE CABOS E MATERIAIS), BEM COMO A IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS ATIVOS, INFRAESTRUTURA LÓGICA DE REDE, COM SUPORTE DE SOLUÇÃO DE NEXT GENERATION FIREWALL (NGFW) E SUPORTE TÉCNICO CONTINUADO, VISANDO ASSEGURAR A PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS, ASSIM COMO FORTALECER AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E SEGURANÇA CIBERNÉTICA DA INSTITUIÇÃO.				R\$ 29.000,00	R\$ 348.000,00
COMPREENDENDO: <ul style="list-style-type: none">➤ SEDE PREFEITURA MUNICIPAL - SALAS: SEC. DE FINANÇAS; TRIBUTOS, SEC. GESTÃO E PLANEJAMENTO; GABINETE; ASSISTÊNCIA SOCIAL; SEC. AGRICULTURA; SEC. DE CULTURA, ESPORTE E LAZER; CONTROLADORIA GERAL; PROCURADORIA JURÍDICA E OUVIDORIA. 1GB;➤ SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SEC. URBANISMO E MEIO AMBIENTE 500MB;➤ SEDE DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 500MB➤ SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 500MB➤ ESCOLA MUNICIPAL VANEIDE DE OLIVEIRA 500GB➤ ESCOLA DE INFANTIL CARROSSEL DOURADO 500GB➤ SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 500MB➤ UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE 500MB➤ HOSPITAL DE PEQUENO PORTE 500MB➤ CENTRO DE FISIOTERAPIA 300MB➤ ALMOXARIFADO - SAÚDE 200MB➤ FEIRA MUNICIPAL – 500 MB➤ CONSELHO TUTELAR 200MB					

1.3 O objeto desta contratação **não se enquadra** como sendo de bem de luxo, conforme Decreto n.º 14, de 02 de fevereiro de 2024.

1.4 O objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, conforme elementos constantes no Estudo Técnico Preliminar.

2 VIGÊNCIA DO CONTRATO:

2.1. O período de vigência do contrato é pelo prazo de 12 (doze) meses contados da publicação do extrato da ata no Portal Nacional (PNCP), podendo ser prorrogado de acordo com o art. 84 ou art. 107 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, bem como poderá ter seu quantitativo renovado nos termos do PARECER n. 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU, desde que comprovado o preço vantajoso





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



3 DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

3.1. Execução dos Serviços

3.1.1. A realização dos serviços de instalação e interligação do meio de acesso e configurações de equipamentos instalados na Contratante deverão ocorrer, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, entre as 07:00h às 17:00h, podendo ser realizadas fora desse horário, incluindo finais de semana e feriados, se necessário.

3.1.2. Todos os serviços necessários para instalação e configuração da infraestrutura deverão ser executados sem custo adicional para a contratante.

3.1.3. A contratante somente arcará com os custos da prestação dos serviços de comunicação de dados, ou seja, fornecimento de acesso à intranet e à internet.

3.1.4. A contratada arcará com todas as despesas de implantação dos pontos de intranet e internet por fibra óptica, além dos equipamentos necessários à implantação do circuito.

3.1.5. Todos os serviços e equipamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e especificações técnicas estabelecidas pelos órgãos e agências reguladoras do Governo Federal.

4 DA GARANTIA:

4.1. Os itens, objeto deste Processo, deverão ser fornecidos conforme as exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT e INMETRO atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

4.1.1. A contratação deve observar as características e descrições do objeto, bem como em cumprimento as legislações vigentes, no âmbito municipal, estadual e federal, devendo ser de qualidade, produtos de 1º linha, seguindo critérios de controle de produção.

4.1.2. Os itens que estiverem em desacordo com as especificações contidas neste termo deverão ser substituídos.

4.1.3. Uma vez notificada, a contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 12 horas, contados a partir da data de retirada dos bens ou serviços das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

5 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

5.1. A fundamentação da contratação prevê a implementação de estruturas individuais para cada prédio público municipal, garantindo comunicação eficiente e segura entre os órgãos, levando-se em consideração alguns pontos importantes abaixo:

5.1.1. Velocidade: A internet banda larga por meio de fibra óptica oferece velocidades muito mais rápidas do que outros tipos de conexão à internet, como a conexão via cabo ou DSL. Isso significa que a secretaria pode transmitir e receber informações de forma mais rápida e eficiente, o que pode ser especialmente importante em situações de emergência;

5.1.2. Confiabilidade: A internet banda larga por meio de fibra óptica é muito mais confiável do que outros tipos de conexão a internet. Isso se deve em parte ao fato de que a fibra óptica é menos suscetível a interferências externas, como o clima ou a proximidade de outras linhas de comunicação. Isso significa que a secretaria pode contar com uma conexão à internet confiável e consistente, o que é crucial para manter a continuidade dos serviços prestados;

5.1.3. Capacidade: A internet banda larga por meio de fibra óptica tem uma capacidade muito maior do que outros tipos de conexão a internet. Isso significa que a secretaria pode enviar e receber grandes quantidades de dados com muito mais facilidade e rapidez. Por fim pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



vantajosa para o Município. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais

5.2. Logo, a contratação de empresa especializada para instalação e configuração de serviços de internet via fibra óptica, incluindo cabeamento estruturado e fornecimento de equipamentos em regime de comodato é a alternativa mais viável para a Administração Pública.

6 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

6.1. A proximidade do final da vigência do contrato para fornecimento de serviços de acesso à Internet, associada a necessidade de aumento das capacidades de alguns acessos é inclusão de setores novos como: Balneário Municipal, Biblioteca (Contrapartida), Instituto Previdenciário dos Servidores Públicos Municipais, Viveiro é escola rural. Tudo contribuiu para que sejam consideradas, na nova licitação, ofertas de serviços mais robustos de acesso à Internet em vários pontos do serviço público.

6.2. A solução que melhor atende à necessidade bem como a que traz maiores ganhos do ponto de vista da economicidade e garantia do serviço a ser prestado neste cenário apresentado é a abertura de processo licitatório de Contratação de empresa especializada para instalação e configuração de serviços de internet via fibra óptica, incluindo cabeamento estruturado e fornecimento de equipamentos em regime de comodato. A solução prevê a implementação de estruturas individuais para cada prédio público municipal, garantindo comunicação eficiente e segura entre os órgãos. O ponto principal da rede será localizado no prédio da administração, e a conexão com os demais atendimentos do município será realizada por meio de estrutura ponto a ponto, eliminando a necessidade de comunicação via VPN. Além disso, será realizada a instalação e gestão da rede interna de cada ponto, garantindo segurança, controle de acesso e filtragem de conteúdo inapropriado.

7 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 Gestão e responsabilidades

7.1.1 Além da entrega do serviço de internet, a contratada será responsável pela implantação, configuração, manutenção, atualização e suporte técnico da infraestrutura de conectividade e segurança contratada, nos limites definidos neste Termo de Referência, no contrato e nas orientações técnicas da Administração.

7.1.2 A definição das políticas institucionais de uso da rede, segurança, controle de acesso, perfis de usuários, categorias de bloqueio e diretrizes de tratamento de dados caberá à Administração, por meio do setor competente.

7.1.3 A contratada deverá disponibilizar solução de segurança apta a permitir a aplicação de políticas institucionais de bloqueio por categoria de conteúdo, inclusive para bloqueio de páginas pornográficas, exploração sexual, phishing, malware, páginas maliciosas e demais conteúdos incompatíveis com a finalidade pública e com a segurança da rede.

7.1.4 A filtragem de conteúdo deverá ocorrer por categorias, reputação de domínio, assinaturas de segurança, listas de ameaças e políticas definidas pela Administração, com foco na proteção da infraestrutura, no uso adequado da rede e na segurança da informação.





7.1.5 É vedado à contratada utilizar a solução contratada para fins de espionagem, vigilância pessoal, monitoramento comportamental, rastreamento individualizado de navegação, leitura de conteúdo de mensagens, coleta indevida de credenciais ou emissão de relatórios individualizados sobre hábitos de uso de internet por servidor, salvo hipótese legalmente autorizada e formalmente motivada pela Administração competente.

7.2 Relatórios mensais

7.2.1 A contratada deverá apresentar relatórios mensais exclusivamente técnicos e gerenciais, contendo, no mínimo:

7.2.2 disponibilidade do serviço por unidade;

- Tempo de indisponibilidade;
- Tempo de resposta e tempo de solução dos chamados;
- Incidentes técnicos relevantes;
- Status dos equipamentos em comodato;
- Manutenção preventiva e corretiva executada;
- Eventos de segurança da infraestrutura, quando houver;
- Testes de redundância, quando aplicáveis;
- Consumo e utilização de banda em nível agregado por unidade administrativa.

7.3 Os relatórios deverão ser apresentados de forma agregada e institucional, vedada a identificação nominal de servidor, usuário ou terceiro, bem como vedada a exposição de histórico individual de navegação, conteúdo acessado, perfil comportamental ou qualquer dado que extrapole a finalidade de gestão contratual, segurança da infraestrutura e fiscalização do ajuste.

7.3.1 Viabilidade técnica

7.3.2 Realização de vistoria técnica prévia ou site survey para avaliação da infraestrutura existente, definição das condições de implantação, dimensionamento dos materiais, topologia da rede, rotas de cabeamento, pontos de instalação e condições técnicas necessárias à execução do objeto.

7.4 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS

7.4.1 Segurança da informação e proteção de dados

7.4.2 A solução de segurança de rede deverá ser implementada com foco na proteção da infraestrutura institucional, prevenção de incidentes cibernéticos, filtragem de ameaças, controle técnico de acesso, segmentação lógica da rede, preservação da disponibilidade dos serviços públicos e proteção dos dados institucionais.

7.4.3 As funcionalidades de firewall, prevenção de intrusão, filtragem de aplicações, filtragem de conteúdo web e geração de logs deverão ser utilizadas para fins de:

- Segurança da rede;
- Proteção dos ativos tecnológicos;
- Identificação de falhas;
- Prevenção de acessos indevidos;
- Resposta a incidentes;
- Continuidade da prestação do serviço público;
- Aplicação de políticas institucionais de bloqueio de conteúdo impróprio, inclusive páginas pornográficas e jogos.





7.4.4 É vedada a utilização da solução para fins de espionagem, devassa de comunicações privadas, monitoramento pessoal de servidor, perfilização comportamental ou emissão de relatórios individualizados sobre hábitos de navegação, salvo hipótese legalmente autorizada e devidamente motivada.

7.4.5 Os logs e trilhas técnicas eventualmente gerados deverão obedecer aos princípios da necessidade, finalidade, minimização, segurança, acesso restrito e retenção pelo prazo estritamente necessário à execução contratual e à resposta a incidentes de segurança.

7.5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.5.1 O monitoramento da solução será restrito à verificação de disponibilidade, desempenho, falhas, eventos de segurança, integridade da infraestrutura, status dos ativos, capacidade, utilização agregada de banda, redundância e demais parâmetros técnicos indispensáveis à execução contratual.

7.5.2 Não integra o objeto:

- Monitoramento pessoal de servidor;
- Inspeção do conteúdo de mensagens;
- Rastreamento individualizado de navegação;
- Geração de relatórios de produtividade pessoal;
- Criação de histórico nominativo de acesso à internet;
- Emissão de relatórios de espionagem ou vigilância individual.

7.5.3 Integra o objeto, por outro lado, a implementação de política de filtragem web por categoria, inclusive para bloqueio de páginas pornográficas e demais conteúdos incompatíveis com o ambiente institucional, conforme diretrizes da Administração.

7.6 ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

7.6.1 Proteção e Segurança de Dados

7.6.2 Implementação de firewall corporativo e/ou NGFW para controle técnico de acesso, proteção contra ameaças cibernéticas, prevenção de intrusões, aplicação de políticas de segurança, segmentação da rede e filtragem de conteúdo web.

7.6.3 A solução deverá permitir a aplicação de bloqueio por categoria de conteúdo, inclusive páginas pornográficas, exploração sexual, malware, phishing e conteúdos incompatíveis com a finalidade institucional da rede pública municipal.

7.6.4 O bloqueio deverá ser realizado com base em categorias, reputação, assinaturas e políticas institucionais definidas pela Administração, vedado o uso da solução para monitoramento pessoal, vigilância individualizada ou emissão de relatórios nominativos de navegação.

7.6.5 Poderão ser realizados testes, verificações técnicas periódicas da infraestrutura e análise de vulnerabilidades da solução implantada, restritos aos ativos, enlaces, configurações, eventos de segurança e demais elementos técnicos da rede contratada.





7.7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.7.1 A contratada obriga-se a:

- I – executar o objeto exclusivamente nos limites técnicos e operacionais definidos neste Termo de Referência e no contrato;
- II – manter sigilo e confidencialidade sobre dados, configurações, credenciais, logs técnicos e informações institucionais a que tiver acesso;
- III – restringir o acesso às informações técnicas apenas aos profissionais estritamente necessários à execução contratual;
- IV – implementar e manter políticas de filtragem de conteúdo por categoria, inclusive de bloqueio de páginas pornográficas e demais conteúdos incompatíveis com o interesse público e com a finalidade institucional da rede, conforme diretrizes definidas pela Administração;
- V – não coletar, tratar, copiar, compartilhar ou divulgar dados pessoais, conteúdo de comunicações ou registros individualizados de navegação, salvo necessidade técnica estrita e hipótese legalmente autorizada;
- VI – não emitir relatórios de espionagem, vigilância pessoal, perfil comportamental ou rastreamento individual de usuários;
- VII – comunicar imediatamente à Administração qualquer incidente de segurança, vazamento, acesso indevido ou evento relevante relacionado à infraestrutura contratada;
- VIII – manter registros técnicos mínimos necessários à segurança da rede, à resposta a incidentes e à comprovação da execução contratual;
- IX – entregar, ao final da contratação, inventário dos ativos, topologia da solução, documentação técnica e elementos necessários à continuidade do serviço.

7.8 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Compete ao CONTRATANTE:

7.8.1 Gestão e responsabilidades

- a) Além da entrega do serviço de internet, a contratada será responsável pela implantação, configuração, manutenção, atualização e suporte técnico da infraestrutura de conectividade e segurança contratada, nos limites definidos neste Termo de Referência, no contrato e nas orientações técnicas da Administração.
- b) A definição das políticas institucionais de uso da rede, segurança, controle de acesso, perfis de usuários, categorias de bloqueio e diretrizes de tratamento de dados caberá à Administração, por meio do setor competente.
- c) A contratada deverá disponibilizar solução de segurança apta a permitir a aplicação de políticas institucionais de bloqueio por categoria de conteúdo, inclusive para bloqueio de páginas pornográficas, exploração sexual, phishing, malware, páginas maliciosas e demais conteúdos incompatíveis com a finalidade pública e com a segurança da rede.
- d) A filtragem de conteúdo deverá ocorrer por categorias, reputação de domínio, assinaturas de segurança, listas de ameaças e políticas definidas pela Administração, com foco na proteção da infraestrutura, no uso adequado da rede e na segurança da informação.
- e) É vedado à contratada utilizar a solução contratada para fins de espionagem, vigilância pessoal, monitoramento comportamental, rastreamento individualizado de navegação, leitura de conteúdo de mensagens, coleta indevida de credenciais ou emissão de relatórios individualizados sobre hábitos de uso de internet por servidor, salvo hipótese legalmente autorizada e formalmente motivada pela Administração competente.

7.8.2 Viabilidade técnica





f) Realização de vistoria técnica prévia ou site survey para avaliação da infraestrutura existente, definição das condições de implantação, dimensionamento dos materiais, topologia da rede, rotas de cabeamento, pontos de instalação e condições técnicas necessárias à execução do objeto.

7.9 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS

7.9.1 Segurança da informação e proteção de dados

g) A solução de segurança de rede deverá ser implementada com foco na proteção da infraestrutura institucional, prevenção de incidentes cibernéticos, filtragem de ameaças, controle técnico de acesso, segmentação lógica da rede, preservação da disponibilidade dos serviços públicos e proteção dos dados institucionais.

h) As funcionalidades de firewall, prevenção de intrusão, filtragem de aplicações, filtragem de conteúdo web e geração de logs deverão ser utilizadas para fins de:

- Segurança da rede;
- Proteção dos ativos tecnológicos;
- Identificação de falhas;
- Prevenção de acessos indevidos;
- Resposta a incidentes;
- Continuidade da prestação do serviço público;
- Aplicação de políticas institucionais de bloqueio de conteúdo impróprio, inclusive páginas pornográficas.

i) É vedada a utilização da solução para fins de espionagem, devassa de comunicações privadas, monitoramento pessoal de servidor, perfilização comportamental ou emissão de relatórios individualizados sobre hábitos de navegação, salvo hipótese legalmente autorizada e devidamente motivada.

j) Os logs e trilhas técnicas eventualmente gerados deverão obedecer aos princípios da necessidade, finalidade, minimização, segurança, acesso restrito e retenção pelo prazo estritamente necessário à execução contratual e à resposta a incidentes de segurança.

7.9.2 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

k) **Acrescente este trecho após o SLA:**

l) O monitoramento da solução será restrito à verificação de disponibilidade, desempenho, falhas, eventos de segurança, integridade da infraestrutura, status dos ativos, capacidade, utilização agregada de banda, redundância e demais parâmetros técnicos indispensáveis à execução contratual.

m) Não integra o objeto:

- Monitoramento pessoal de servidor;
- Inspeção do conteúdo de mensagens;
- Rastreamento individualizado de navegação;
- Geração de relatórios de produtividade pessoal;
- Criação de histórico nominativo de acesso à internet;
- Emissão de relatórios de espionagem ou vigilância individual.

n) Integra o objeto, por outro lado, a implementação de política de filtragem web por categoria, inclusive para bloqueio de páginas pornográficas e demais conteúdos incompatíveis com o ambiente institucional, conforme diretrizes da Administração.

7.9.3 ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

7.9.4 Proteção e Segurança de Dados

o) Implementação de firewall corporativo e/ou NGFW para controle técnico de acesso, proteção





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



contra ameaças cibernéticas, prevenção de intrusões, aplicação de políticas de segurança, segmentação da rede e filtragem de conteúdo web.

p) A solução deverá permitir a aplicação de bloqueio por categoria de conteúdo, inclusive páginas pornográficas, exploração sexual, malware, phishing e conteúdos incompatíveis com a finalidade institucional da rede pública municipal.

q) O bloqueio deverá ser realizado com base em categorias, reputação, assinaturas e políticas institucionais definidas pela Administração, vedado o uso da solução para monitoramento pessoal, vigilância individualizada ou emissão de relatórios nominativos de navegação.

r) Poderão ser realizados testes, verificações técnicas periódicas da infraestrutura e análise de vulnerabilidades da solução implantada, restritos aos ativos, enlaces, configurações, eventos de segurança e demais elementos técnicos da rede contratada.

7.9.5 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.9.6 A contratada obriga-se a:

I – executar o objeto exclusivamente nos limites técnicos e operacionais definidos neste Termo de Referência e no contrato;

II – manter sigilo e confidencialidade sobre dados, configurações, credenciais, logs técnicos e informações institucionais a que tiver acesso;

III – restringir o acesso às informações técnicas apenas aos profissionais estritamente necessários à execução contratual;

IV – implementar e manter políticas de filtragem de conteúdo por categoria, inclusive de bloqueio de páginas pornográficas e demais conteúdos incompatíveis com o interesse público e com a finalidade institucional da rede, conforme diretrizes definidas pela Administração;

V – não coletar, tratar, copiar, compartilhar ou divulgar dados pessoais, conteúdo de comunicações ou registros individualizados de navegação, salvo necessidade técnica estrita e hipótese legalmente autorizada;

VI – não emitir relatórios de espionagem, vigilância pessoal, perfil comportamental ou rastreamento individual de usuários;

VII – comunicar imediatamente à Administração qualquer incidente de segurança, vazamento, acesso indevido ou evento relevante relacionado à infraestrutura contratada;

VIII – manter registros técnicos mínimos necessários à segurança da rede, à resposta a incidentes e à comprovação da execução contratual;

IX – entregar, ao final da contratação, inventário dos ativos, topologia da solução, documentação técnica e elementos necessários à continuidade do serviço.

7.10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.10.1 Compete ao CONTRATANTE:

- Definir formalmente as políticas institucionais de segurança, acesso e filtragem de conteúdo;
- Indicar gestor e fiscais do contrato;
- Vedar solicitações informais de monitoramento pessoal de servidores;
- Autorizar formalmente, quando cabível, qualquer tratamento extraordinário de logs e eventos técnicos;
- Acompanhar a aderência da solução à proteção de dados e à finalidade pública da contratação.

8 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1 A gestão contratual observará integralmente a matriz de riscos do processo, especialmente





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



quanto aos riscos de indisponibilidade do serviço, falha de redundância, falhas de suporte técnico, incidentes de segurança da informação, conflito de responsabilidades, dependência excessiva do fornecedor, fiscalização insuficiente e inadequado tratamento de logs, relatórios e dados da rede.

8.1 A fiscalização técnica deverá verificar, no mínimo:

- Cumprimento do SLA;
- Disponibilidade por unidade;
- Testes de redundância;
- Manutenção preventiva e corretiva;
- Funcionamento do NGFW;
- Incidentes de segurança da infraestrutura;
- Conformidade dos relatórios técnicos;
- Observância da vedação a monitoramento individualizado;
- Correta aplicação da política de bloqueio de páginas impróprias, inclusive conteúdo pornográfico e jogos.

8.2 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Caberá à contratada a entrega dos circuitos de dados e a ativação dos serviços de interligação intranet LAN e o tronco de acesso à internet na sede da prefeitura, cabendo à contratante o gerenciamento e distribuição interna destes serviços.

8.2.1 Entrega e infraestrutura:

O serviço será entregue exclusivamente por fibra óptica, garantindo alta performance e confiabilidade.

A infraestrutura interna incluirá cabeamento estruturado, adequação da rede local (LAN) e distribuição da conectividade para os departamentos indicados, conforme orientações da Prefeitura.

8.2.2 A interligação entre todos os pontos de atendimento, sem exceção, incluindo os atendimentos rurais, será realizada por meio de enlaces dedicados ponto a ponto, partindo da sede da administração municipal. Essa estrutura eliminará a necessidade de comunicação via VPN, garantindo maior segurança, baixa latência e alta disponibilidade.

8.2.3 Equipamentos e padrões técnicos:

A contratada deverá fornecer, em regime de comodato, os equipamentos necessários, incluindo switches, cabos, roteadores, access points e nobreaks, conforme a necessidade de cada local, garantindo o pleno funcionamento da infraestrutura de rede e a adequada distribuição do sinal, em conformidade com os padrões técnicos definidos pela Prefeitura.

A contratada será responsável pela instalação, configuração e pleno funcionamento da rede.

8.2.4 Gestão e responsabilidades

8.2.4.1 A contratada será responsável pela implantação, configuração, manutenção, atualização e suporte técnico da infraestrutura de conectividade e segurança contratada, incluindo os enlaces, ativos de rede, equipamentos em comodato, solução NGFW, filtragem por categoria de conteúdo e demais componentes técnicos necessários ao pleno funcionamento da solução.

- A definição das políticas institucionais de uso da rede, segurança, controle de acesso, categorias de bloqueio, perfis de acesso e diretrizes de tratamento de dados caberá exclusivamente





à Administração, por meio do setor competente.

- A contratada deverá disponibilizar solução técnica apta a permitir a aplicação de políticas institucionais de filtragem e bloqueio de conteúdo web por categoria, inclusive para bloqueio de páginas pornográficas, exploração sexual, phishing, malware, páginas maliciosas e demais conteúdos incompatíveis com a finalidade pública e com a segurança da rede.
- A filtragem deverá ocorrer com base em categorias, reputação de domínio, assinaturas de segurança, listas de ameaças e parâmetros definidos formalmente pela Administração, com foco na proteção da infraestrutura, na segurança da informação, na continuidade do serviço público e no uso adequado da rede institucional.
- É vedado à contratada utilizar a solução para fins de espionagem, vigilância pessoal, monitoramento comportamental, rastreamento individualizado de navegação, leitura de conteúdo de mensagens, coleta indevida de credenciais ou emissão de relatórios individualizados sobre hábitos de uso de internet por servidor, salvo hipótese legalmente autorizada e formalmente motivada pela autoridade competente.

8.3 DA VISTORIA TÉCNICA:

Considerando que o objeto compreende a disponibilização, instalação e manutenção de serviço de internet banda larga em link de fibra óptica, com implantação de infraestrutura lógica interna e externa, lançamento de cabos, instalação de equipamentos, fornecimento de materiais e disponibilização de equipamentos em regime de comodato, a licitante poderá realizar **vistoria técnica prévia** nos locais de execução, com a finalidade de conhecer integralmente as condições físicas, operacionais e estruturais existentes.

A vistoria técnica tem por objetivo propiciar à licitante o pleno conhecimento dos pontos onde serão instalados os links, os equipamentos, os cabeamentos e os demais componentes da solução, incluindo:

- Características físicas dos imóveis;
- Condições de acesso;
- Distâncias aproximadas para lançamento de cabos;
- Necessidade de passagem de fibra, cabos de rede, eletrodutos, canaletas, suportes e demais insumos;
- Condições da infraestrutura elétrica e lógica existente;
- Particularidades técnicas de cada setor/unidade que possam impactar a instalação e a execução dos serviços.

A vistoria deverá ser previamente agendada junto à Administração, em dia e horário definidos pelo setor competente.

Após a realização da vistoria, a licitante poderá apresentar **Declaração de Vistoria**, firmada por seu representante legal ou responsável técnico, atestando que visitou os locais e que possui pleno conhecimento das condições para execução do objeto.

8.2.4 Caso a licitante **opte por não realizar a vistoria técnica**, deverá apresentar **Declaração Formal de Renúncia à Vistoria**, afirmando expressamente que:

- I – possui ciência da natureza e da complexidade dos serviços a serem executados;
- II – assume total responsabilidade pela elaboração de sua proposta sem a realização da vistoria;
- III – assume integral responsabilidade por eventuais ônus decorrentes da ausência de vistoria;
- IV – não poderá alegar, posteriormente, desconhecimento das condições locais, da infraestrutura existente, das distâncias, dos pontos de instalação, dos materiais necessários ou de quaisquer





peculiaridades relacionadas ao objeto para eximir-se de suas obrigações contratuais;
V – não poderá pleitear acréscimo de valores, reequilíbrio indevido, alteração contratual injustificada ou prorrogação de prazo com fundamento exclusivo na não realização da vistoria.

A não realização da vistoria, quando facultativa, não afasta a obrigação da contratada de executar integralmente o objeto, nos termos da proposta apresentada, do Termo de Referência, do edital e do contrato.

8.3 DA PROPOSTA DO FORNECEDOR:

A proposta comercial deverá ser apresentada de forma clara, completa e detalhada, contemplando **planilha de composição de custos e formação de preços**, em conformidade com o objeto licitado, de modo a permitir a análise da exequibilidade, da compatibilidade dos preços ofertados e da adequada composição do valor global da contratação.

A proposta deverá contemplar, obrigatoriamente, todos os custos necessários à perfeita execução do objeto, inclusive aqueles relacionados à instalação, implantação, fornecimento de materiais, cabeamento, equipamentos em comodato, deslocamento, mão de obra, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fretes, ferramentas, testes, configurações e demais despesas diretas e indiretas. A pesquisa de preços do processo já orienta que os valores informados devem englobar todos esses custos.

A licitante deverá apresentar a proposta acompanhada de **planilha detalhada**, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I – VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO, correspondente ao preço total ofertado para a execução integral do objeto;

II – VALORES POR SETOR/UNIDADE, com discriminação individualizada dos locais de instalação e prestação dos serviços, contendo, no mínimo:

- Identificação do setor/unidade;
- Velocidade do link a ser disponibilizado;
- Valor mensal por unidade;
- Valor total por unidade, considerado o período contratual, quando aplicável.

III – CUSTOS DE IMPLANTAÇÃO E INSTALAÇÃO, segregados dos custos mensais da prestação continuada, compreendendo, quando houver:

- Instalação inicial;
- Ativação dos links;
- Configuração da rede;
- Testes e validações;
- Adequações técnicas necessárias ao funcionamento da solução.

IV – CUSTOS DE FORNECIMENTO DE CABOS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS À INSTALAÇÃO, com discriminação dos materiais que compõem a solução, tais como:

- Cabos de rede;
- Cabos de fibra óptica;
- Conectores;
- Tomadas, espelhos, caixas e organizadores;
- Patch cords;
- Patch panels;
- Racks;





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



- Canaletas, eletrodutos, suportes e insumos correlatos;
- Demais materiais indispensáveis à implantação da infraestrutura.

V – EQUIPAMENTOS FORNECIDOS EM REGIME DE COMODATO, com indicação individualizada, no mínimo, de:

- Descrição do equipamento;
- Marca e modelo, quando aplicável;
- Quantitativo;
- Setor/unidade de instalação;
- Finalidade de uso na solução;
- Informação expressa de que o fornecimento ocorrerá em regime de comodato, sem transferência de propriedade à Administração.

VI – CUSTOS RELATIVOS À MANUTENÇÃO, SUPORTE TÉCNICO, SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MONITORAMENTO E DEMAIS SERVIÇOS ACESSÓRIOS, quando integrantes da composição do preço ofertado.

A planilha deverá guardar compatibilidade com o objeto descrito neste Termo de Referência, especialmente quanto ao fornecimento de infraestrutura de rede, cabeamento estruturado, instalação completa, manutenção e disponibilização de equipamentos em comodato. O TR e a pesquisa de preços já descrevem expressamente esses componentes como integrantes da solução contratada.

A ausência de detalhamento mínimo da composição de custos, a omissão de valores relevantes para execução do objeto ou a apresentação de planilha incompatível com as exigências deste Termo de Referência poderá ensejar diligência, desclassificação da proposta ou adoção das demais medidas cabíveis, nos termos do edital e da legislação aplicável.

8.3.1 DO REGIME DE COMODATO DOS EQUIPAMENTOS

I – Os equipamentos necessários à execução do objeto serão fornecidos pela CONTRATADA em regime de comodato, permanecendo sob sua propriedade durante toda a vigência contratual.

II – O comodato será regido pelas disposições do Código Civil (arts. 579 a 585), pela Lei nº 14.133/2021 e pelas condições estabelecidas neste Termo de Referência e em instrumento contratual específico.

III – Será obrigatória a formalização de **instrumento contratual apartado de comodato**, vinculado ao contrato principal, contendo:

- a) relação detalhada dos equipamentos;
- b) estado de entrega;
- c) local de instalação;
- d) responsabilidades das partes;
- e) regras de substituição, manutenção e devolução.

8.3.2 DA MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EM COMODATO

I – Compete exclusivamente à CONTRATADA:

- a) realizar manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos;
- b) substituir, no prazo máximo definido em SLA, qualquer equipamento que apresente falha, defeito ou obsolescência;
- c) garantir pleno funcionamento da infraestrutura, sem ônus adicional à Administração;





d) disponibilizar equipamentos reserva para contingência.

II – A CONTRATANTE será responsável exclusivamente pelo uso adequado dos equipamentos, não podendo:

- a) realizar intervenções técnicas sem autorização;
- b) remover ou alterar a configuração dos ativos.

III – Eventuais danos decorrentes de mau uso devidamente comprovado poderão ser objeto de apuração de responsabilidade.

8.3.3 DOS EQUIPAMENTOS INTEGRANTES DO COMODATO

Integram o regime de comodato, no mínimo:

- I – Roteadores corporativos com portas Gigabit e/ou SFP;
- II – Switches gerenciáveis e não gerenciáveis;
- III – Módulos ópticos (SFP/SFP+);
- IV – Conversores de mídia óptica;
- V – Access Points Wi-Fi;
- VI – Equipamentos de segurança (NGFW, quando aplicável);
- VII – Nobreaks e dispositivos de proteção elétrica;
- VIII – Racks, patch panels e organizadores;
- IX – Cabos de fibra óptica (multimodo e/ou monomodo);
- X – Cabos metálicos (UTP/STP);
- XI – Conectores, cordões ópticos (patch cords) e demais insumos.

Parágrafo único: A relação detalhada, quantitativos e localização constarão no instrumento de comodato.

8.3.4 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL DE COMODATO

I – O fornecimento dos equipamentos será formalizado por meio de contrato de comodato específico, vinculado ao contrato administrativo principal.

II – O contrato de comodato deverá prever, obrigatoriamente:

- a) vigência vinculada ao contrato principal;
- b) obrigação de manutenção integral pela contratada;
- c) substituição imediata em caso de falha;
- d) vedação de cobrança adicional;
- e) obrigação de retirada ao término contratual;
- f) responsabilidade integral da contratada pelos equipamentos.

III – A rescisão do contrato principal implicará na automática extinção do comodato.

8 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

9.1 Execução dos Serviços

9.1.1 A realização dos serviços de instalação e interligação do meio de acesso e configurações de equipamentos instalados na Contratante deverão ocorrer, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, entre as 07:00h às 17:00h, podendo ser realizadas fora desse horário, incluindo finais de semana e feriados, se necessário.

9.1.2 Todos os serviços necessários para instalação e configuração da infraestrutura deverão ser executados sem custo adicional para a contratante.





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”

9.1.3 A contratante somente arcará com os custos da prestação dos serviços de comunicação de dados, ou seja, fornecimento de acesso à intranet e à internet.

9.1.4 A contratada arcará com todas as despesas de implantação dos pontos de intranet e internet por fibra óptica, além dos equipamentos necessários à implantação do circuito.

9.1.5 Todos os serviços e equipamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e especificações técnicas estabelecidas pelos órgãos e agências reguladoras do Governo Federal.

9.2 Acordo de níveis de Serviço

9.2.1 O serviço deverá ser prestado 24x7, salvo interrupções programadas autorizadas.

9.2.2 Toda comunicação entre os prédios será realizada exclusivamente por enlaces dedicados ponto a ponto, eliminando o uso de VPNs e garantindo segurança e criptografia dos dados através de infraestrutura própria.

9.2.3 A contratada será responsável por fornecer infraestrutura de conectividade para todos os eventos realizados pela Prefeitura Municipal, assegurando a disponibilidade de acesso à internet por meio de conexões cabeadas e Wi-Fi.

9.2.4 A prestação desse serviço deverá atender aos requisitos técnicos e operacionais demandados para cada evento, incluindo:

9.2.4.1 Dimensionamento de banda e infraestrutura conforme a capacidade esperada de usuários e aplicações críticas.

9.2.4.2 Configuração e gestão de redes Wi-Fi com segmentação para diferentes perfis de acesso (público, administrativo e operacional).

9.2.4.3 Monitoramento contínuo da conectividade para mitigação de falhas e garantia de desempenho adequado.

9.2.4.4 Segurança da informação com implementação de protocolos de autenticação e criptografia, prevenindo acessos não autorizados e vazamento de dados.

9.2.5 O suporte técnico deverá estar disponível durante todo o período do evento, garantindo a operacionalidade da rede e a resolução de incidentes em tempo hábil.

Prioridade	Tempo de Resposta	Tempo de Solução
Crítica (Serviço inoperante)	15 minutos	2 horas
Alta (Degradação severa)	30 minutos	4 horas
Média (Impacto parcial)	1 hora	8 horas
Baixa (Solicitações gerais)	4 horas	24 horas

9.2.6 O descumprimento do período estabelecido de "atendimento e solução dos problemas" está sujeito a sanções e multas, a critério da Contratante.

9.2.7 A prestação de assistência técnica nas dependências da Contratante deverá ser realizada exclusivamente por técnicos devidamente identificados e credenciados pela Contratada.

9.2.8 A Contratante poderá, a qualquer momento, solicitar a comprovação formal de vínculo empregatício do técnico designado para o atendimento, garantindo que o mesmo integre o quadro funcional da Contratada.

9.2.9 A assistência técnica será disponibilizada em dias úteis, no período das 07:00h às 17:00h. Em casos de falha total dos serviços, caracterizada por indisponibilidade crítica dos circuitos contratados, o atendimento deverá ser iniciado imediatamente, independentemente do horário, desde que previamente autorizado pela Contratante e acompanhado por técnico responsável da Contratada.





9.2.10 Na hipótese de restrição de acesso às instalações da Contratante para a realização da assistência técnica, a contagem do tempo de indisponibilidade será suspensa, após consulta e anuência da fiscalização competente.

9.2.11 A contagem será retomada no momento em que for concedido o acesso ao técnico da Contratada para execução dos procedimentos necessários à restauração do serviço

10 ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

9.1. Infraestrutura de Rede Interna

9.1.1. Projeto e implementação de cabeamento estruturado em fibra óptica conforme normas vigentes (ABNT NBR 14565, ISO/IEC 11801 e ITU-T);

9.1.2. Instalação de pontos de terminação óptica (PTO) individualizados para cada prédio público municipal;

9.1.3. Implementação e gestão da rede interna, incluindo controle de acessos e filtragem de conteúdos inapropriados, garantindo um ambiente seguro para uso dos serviços digitais.

9.2. Pontos de Conexão com Internet Dedicada;

9.2.1. Instalação de links dedicados de fibra óptica em cada localidade, garantindo disponibilidade mínima de 99,5%;

9.2.2. Configuração de planos escaláveis conforme a demanda de cada unidade.

9.3. Estruturas Individuais e Conectividade Ponto a Ponto;

9.3.1. O prédio da administração será o ponto principal da rede;

9.3.2. Cada prédio contará com uma infraestrutura de conexão individualizada;

9.3.3. A comunicação entre as unidades ocorrerá por meio de conexões ponto a ponto, garantindo eficiência e redução de latência, sem a necessidade de VPN.

9.4. Equipamentos em Regime de Comodato;

9.4.1. Fornecimento, instalação e configuração de switches gerenciáveis, roteadores, conversores ópticos e dispositivos de proteção elétrica, como nobreaks, de acordo com a demanda específica de cada ponto, garantindo a estabilidade, segurança e eficiência da infraestrutura de rede.;

9.4.2. Suporte técnico integral, com substituição de equipamentos defeituosos durante a vigência do contrato.

9.5. Certificação e Testes de Rede ;

9.5.1. Certificação da infraestrutura óptica utilizando OTDR, Power Meter e outros equipamentos homologados;

9.5.2. Testes para garantir funcionalidade plena, com relatórios detalhados de todas as rotas principais e secundárias;

9.5.3. Conformidade com padrões internacionais (TIA/EIA-568, TIA/EIA-569) e boas práticas do setor.

9.6. Fornecimento de Internet;

9.6.1. Entrega de link de internet dedicado via fibra óptica para cada ponto de conexão;

9.6.2. Suporte a IP fixo para gerenciamento e configuração de serviços locais;

9.6.3. Configuração de banda mínima contratada conforme requisitos operacionais de cada unidade.

9.7. Proteção e Segurança de Dados;

9.7.1. Implementação de firewall para controle de acesso e proteção contra ameaças cibernéticas;

9.7.2. Gerenciamento da rede interna para controle de acesso de usuários e bloqueio de conteúdos inapropriados;

9.7.3. Monitoramento contínuo da infraestrutura, garantindo segurança e conformidade com as melhores práticas de TI;





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



9.7.4. Implementação de firewalls de próxima geração (NGFW), sistemas de prevenção contra intrusões (IPS) e controle de acesso à rede (NAC);

9.7.5. Utilização de políticas de segurança da informação baseadas nas normas ISO/IEC 27001 e LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), assegurando confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações;

9.7.6. Realização de auditorias regulares de segurança e análise de vulnerabilidades para identificar e corrigir potenciais riscos à rede.

9.8. Manutenção e Suporte Técnico

9.8.1. Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de toda a infraestrutura de rede e dos equipamentos fornecidos, garantindo tempos de resposta e solução conforme SLA previamente definido;

9.8.2. Monitoramento ativo da rede 24x7, com notificações automáticas em caso de falhas e equipes de suporte técnico de prontidão para atendimento.

9.9. Normas e Conformidade Regulatória

9.9.1. Atendimento às regulamentações da ANATEL e às normas técnicas aplicáveis ao setor de telecomunicações, prezando pela qualidade, segurança e continuidade do serviço.

9.9.2. Conformidade com a LGPD, garantindo a proteção dos dados pessoais armazenados e transmitidos pela rede pública municipal.

9.10. Impacto e Benefícios

9.10.1. Este projeto modernizará a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação do município, promovendo maior eficiência operacional, conectividade de alta qualidade, segurança da informação e continuidade garantida dos serviços com links redundantes.

9.11. Especificações complementares dos locais Públicos do item 10 ao 10.13 conforme abaixo:

10. SEDE PREFEITURA MUNICIPAL

Salas/Setores atendidos: Secretaria de Finanças; Tributação; Secretaria de Gestão e Planejamento; Gabinete; Assistência Social; Secretaria de Agricultura; Secretaria de Cultura, Auditório, Esporte e Lazer; Controladoria Geral; Procuradoria Jurídica e Ouvidoria.
Link dedicado: 1 GB.

Infraestrutura mínima estimada:

1. **Switch com 24 portas Gigabit Ethernet** – 1 unidade;
2. **Switch com portas SFP/SFP+ para distribuição óptica e expansão da rede** – 1 unidade;
3. **Pontos de Acesso Wi-Fi Dual Band** – 4 unidades;
4. **Pontos de Acesso MIMO Dual Band** – 3 unidades;
5. **Cabo de rede UTP Categoria 5e ou superior** – aproximadamente 530 metros;
6. **Canaletas para organização e proteção do cabeamento** – aproximadamente 350 metros;
7. **Nobreak 1800 VA** – 1 unidade;
8. **Nobreak 600 VA** – 1 unidade;
9. **Rack 5U** – 2 unidades.

Observação: a solução deverá contemplar a implantação da infraestrutura lógica necessária ao atendimento dos setores instalados na sede administrativa, com fornecimento de equipamentos em comodato, instalação, configuração, testes e suporte técnico.

10.1. SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SEC. URBANISMO E MEIO AMBIENTE





Link dedicado: 500 MB.

Infraestrutura mínima estimada:

1. **Ponto de Acesso Dual Band com fonte ou PoE** – 1 unidade;
2. **Ponto de Acesso MIMO Dual Band** – 1 unidade;
3. **Cabo de rede UTP Categoria 5e ou superior** – aproximadamente 45 metros;
4. **Nobreak 600 VA** – 1 unidade;
5. **Rack 3U** – 1 unidade.

Observação: a contratada deverá implantar a solução completa de conectividade, compreendendo link, instalação, ativação, distribuição interna do sinal, cabeamento, materiais e equipamentos necessários.

10.2. SEDE DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS

Link dedicado: 500 MB.

Infraestrutura mínima estimada:

1. **Ponto de Acesso Dual Band com fonte ou PoE** – 1 unidade;
2. **Pontos de Acesso MIMO Dual Band** – 2 unidades;
3. **Roteador Gigabit Ethernet com porta SFP** – 1 unidade;
4. **Cabo de rede UTP Categoria 5e ou superior** – aproximadamente 350 metros;
5. **Nobreak 600 VA** – 1 unidade;
6. **Rack 3U** – 1 unidade.

Observação: a infraestrutura deverá ser suficiente para cobertura e conectividade dos ambientes internos da unidade, com instalação, configuração e pleno funcionamento da rede.

10.3 SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Link dedicado: 500 MB.

Infraestrutura mínima estimada:

1. **Roteador Gigabit Ethernet com porta SFP** – 1 unidade;
2. **Pontos de Acesso Wi-Fi Dual Band padrão 802.11ax** – 3 unidades;
3. **Pontos de Acesso Wi-Fi Dual Band padrão 802.11ac** – 2 unidades;
4. **Cabo de rede UTP Categoria 5e ou superior** – aproximadamente 420 metros.

Observação: a solução deverá contemplar a instalação e configuração dos equipamentos, com cobertura adequada para os ambientes administrativos da Secretaria.

10.4. ESCOLA MUNICIPAL VANEIDE DE OLIVEIRA

Link dedicado: 500 MB.

Infraestrutura mínima estimada:

1. **Roteador Gigabit Ethernet com porta SFP** – 1 unidade;
2. **Pontos de Acesso Dual Band com fonte ou PoE** – 2 unidades;
3. **Switch 24 portas Gigabit Ethernet** – 1 unidade;
4. **Rack 3U** – 1 unidade;
5. **Nobreak 600 VA** – 1 unidade.

Observação: a contratada deverá prover link, instalação, configuração e distribuição interna da conectividade para atendimento dos ambientes da escola.





10.5. ESCOLA INFANTIL CARROSSEL DOURADO

Link dedicado: 500 MB.

Infraestrutura mínima estimada:

1. **Roteador Gigabit Ethernet com porta SFP** – 1 unidade;
2. **Pontos de Acesso Dual Band** – 4 unidades;
3. **Switch 24 portas Gigabit Ethernet** – 1 unidade;
4. **Cabo de rede UTP Categoria 5e ou superior** – aproximadamente 750 metros;
5. **Rack 3U** – 1 unidade;
6. **Nobreak 600 VA** – 1 unidades.

Observação: a solução deverá garantir cobertura estável e eficiente para os ambientes da unidade escolar, inclusive para equipamentos conectados por rede cabeada e sem fio.

10.6. SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Link dedicado: 500 MB.

Infraestrutura mínima estimada:

1. **Roteador Gigabit Ethernet com porta SFP** – 1 unidade;
2. **Pontos de Acesso Dual Band com fonte ou PoE** – 3 unidades;
3. **Cabo de rede UTP Categoria 5e ou superior** – aproximadamente 300 metros;
4. **Nobreak 600 VA** – 1 unidade;
5. **Rack 3U** – 1 unidade.

Observação: a implantação deverá assegurar conectividade estável, suporte à operação administrativa e cobertura adequada dos ambientes atendidos.

10.7. UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – UBS

Link dedicado: 500 MB.

Infraestrutura mínima estimada:

1. **Roteador Gigabit Ethernet com porta SFP** – 1 unidade;
2. **Ponto de Acesso Dual Band com fonte ou PoE** – 1 unidade;
3. **Cabo de rede UTP Categoria 5e ou superior** – aproximadamente 320 metros;
4. **Nobreak 600 VA** – 1 unidade;
5. **Rack 3U** – 1 unidade.

Observação: a solução deverá atender integralmente a unidade, compreendendo link, cabeamento, instalação, ativação e equipamentos em comodato.

10.8. HOSPITAL DE PEQUENO PORTE

Link dedicado: 500 MB.

Infraestrutura mínima estimada:

1. **Pontos de Acesso Dual Band com fonte ou PoE** – 3 unidades;
2. **Pontos de Acesso Dual Band/MIMO adicionais** – 4 unidades;
3. **Cabo de rede UTP Categoria 5e ou superior** – aproximadamente 800 metros;
4. **Nobreak 600 VA** – 1 unidade;
5. **Rack 3U** – 1 unidade.

Observação: a infraestrutura deverá ser suficiente para os ambientes assistenciais e administrativos do hospital, garantindo estabilidade, cobertura e suporte técnico.

10.9. CENTRO DE FISIOTERAPIA





Link dedicado: 300 MB.

Infraestrutura mínima estimada:

1. **Ponto de Acesso Dual Band com fonte ou PoE** – 1 unidade;
2. **Ponto de Acesso MIMO Dual Band** – 1 unidade;
3. **Cabo de rede UTP Categoria 5e ou superior** – aproximadamente 30 metros;
4. **Rack 3U** – 1 unidade;
5. **Nobreak 600 VA** – 1 unidade.

Observação: a contratada deverá fornecer e instalar a solução completa, incluindo os materiais e equipamentos necessários ao atendimento da unidade.

10.10. ALMOXARIFADO – SAÚDE

Link dedicado: 200 MB.

Infraestrutura mínima estimada:

1. **Roteador Gigabit Ethernet com porta SFP** – 1 unidade;
2. **Ponto de Acesso Dual Band com fonte ou PoE** – 1 unidade;
3. **Cabo de rede UTP Categoria 5e ou superior** – metragem a ser definida em vistoria técnica;
4. **Nobreak 600 VA** – 1 unidade;
5. **Rack 3U** – 1 unidade.

Observação: como o texto-base encaminhado não trouxe item específico individualizado para esta unidade, a composição acima foi adequada com base no padrão técnico mínimo exigível para ponto com link de menor porte, devendo a metragem final e os materiais necessários serem definidos em vistoria técnica.

10.11. ALMOXARIFADO – GERAL

Link dedicado: 200 MB.

Infraestrutura mínima estimada:

1. **Roteador Gigabit Ethernet com porta SFP** – 1 unidade;
2. **Ponto de Acesso Dual Band com fonte ou PoE** – 1 unidade;
3. **Cabo de rede UTP Categoria 5e ou superior** – metragem a ser definida em vistoria técnica;
4. **Nobreak 600 VA** – 1 unidade;
5. **Rack 3U** – 1 unidade.

Observação: como não houve detalhamento específico no texto-base para esta unidade, a composição foi ajustada segundo o padrão mínimo de atendimento compatível com ponto de 200 MB, sujeita à validação em vistoria técnica.

10.12. CONSELHO TUTELAR

Link dedicado: 200 MB. No texto-base encaminhado, a referência de banda está em 160 megas, mas o TR resumido da contratação indica 200 MB para esta unidade; por isso, prevalece o parâmetro do TR.

Infraestrutura mínima estimada:

1. **Roteador Gigabit Ethernet com porta SFP** – 1 unidade;
2. **Pontos de Acesso Wi-Fi Dual Band** – 2 unidades;
3. **Cabo de rede UTP Categoria 5e ou superior** – aproximadamente 240 metros;
4. **Nobreak 600 VA** – 1 unidade;
5. **Rack 3U** – 1 unidade.

Observação: a contratada deverá instalar, configurar e entregar a rede plenamente funcional





para atendimento dos ambientes da unidade.

10.13 ESPAÇO DA FEIRA MUNICIPAL

Link dedicado: 500 MB.

Infraestrutura mínima estimada:

1. Roteador Gigabit Ethernet com porta SFP – 1 unidade;
2. Pontos de Acesso Wi-Fi Dual Band com fonte ou PoE – 2 unidades;
3. Switch Gigabit Ethernet – 1 unidade;
4. Cabo de rede UTP Categoria 5e ou superior – aproximadamente 250 metros;
5. Canaletas, conectores, suportes e demais materiais de instalação – conforme necessidade verificada em vistoria técnica;
6. Nobreak 600 VA – 1 unidade;
7. Rack 3U – 1 unidade.

Infraestrutura de atendimento:

- Instalação e configuração dos equipamentos necessários para atendimento dos ambientes do Espaço da Feira Municipal;
- Posicionamento estratégico dos equipamentos para garantir cobertura Wi-Fi eficiente nas áreas internas de atendimento, apoio administrativo e operação;
- Implantação da infraestrutura lógica necessária ao pleno funcionamento da unidade, com distribuição adequada da conectividade para os pontos que forem indicados pela Administração.

Observação: a contratada deverá fornecer link dedicado de 500 MB, realizar a instalação completa da infraestrutura lógica, fornecer os materiais indispensáveis à implantação, disponibilizar os equipamentos em regime de comodato, executar a configuração, ativação, testes, manutenção e suporte técnico continuado, sem ônus adicional para a Administração, em conformidade com o escopo geral já definido no Termo de Referência.

11.14 OBSERVAÇÃO GERAL PARA INSERÇÃO NO ANEXO

Todos os equipamentos acima descritos deverão ser fornecidos em **regime de comodato**, cabendo à contratada sua instalação, configuração, ativação, manutenção preventiva e corretiva, substituição em caso de defeito, bem como o fornecimento de cabeamento, conectores, canaletas, suportes, racks, nobreaks e demais materiais indispensáveis à perfeita execução do objeto, sem ônus adicional para a Administração, conforme já previsto no Termo de Referência e na pesquisa de preços.

11.15 ESPECIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ÓPTICA (MULTIMODO E MONOMODO)

A solução deverá contemplar o uso de infraestrutura de fibra óptica adequada à finalidade de cada enlace, observando critérios técnicos de desempenho, distância, capacidade e escalabilidade, em conformidade com as boas práticas de engenharia de telecomunicações.

I – Será **obrigatória a utilização de fibra óptica do tipo multimodo (MMF – Multimode Fiber)** para interligações internas (intraedifício), cabeamento estruturado e conexões de curta distância, especialmente em trechos de até aproximadamente 500 metros a 2 km, onde sua aplicação se mostra tecnicamente adequada e economicamente mais eficiente.

II – A fibra multimodo deverá possuir núcleo de 50 μm ou 62,5 μm , compatível com transmissões de alta velocidade (mínimo de 1 Gbps a 10 Gbps), sendo destinada à rede local (LAN), distribuição interna e conexão entre equipamentos dentro das unidades administrativas.





III – Para enlaces de maior distância, interligação entre prédios distintos, unidades remotas, zona rural, backbone municipal ou quaisquer trechos que demandem maior alcance, estabilidade e baixa latência, será **obrigatória a utilização de fibra óptica do tipo monomodo (SMF – Single Mode Fiber)**, apta a suportar longas distâncias e maiores capacidades de transmissão.

IV – A contratada deverá dimensionar e implementar a solução de forma híbrida, quando necessário, combinando adequadamente fibra multimodo e monomodo, de modo a garantir desempenho, eficiência e economicidade, vedada qualquer solução que comprometa a entrega integral da banda contratada.

V – Não será admitida a utilização inadequada de tecnologia óptica que resulte em degradação de sinal, aumento de latência, perda de pacotes ou limitação de desempenho da rede.

VI – A contratada deverá informar, de forma detalhada na proposta e na execução contratual:

- a) o tipo de fibra utilizado em cada trecho (multimodo ou monomodo);
- b) padrões técnicos adotados;
- c) tipo de conectores e transceptores (SFP/SFP+);
- d) margem de perda óptica e parâmetros de funcionamento da rede.

VII – A solução deverá ser compatível com expansão futura de capacidade, garantindo escalabilidade da infraestrutura sem necessidade de substituição integral dos meios físicos.

11 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1 Comprovação de Capacidade Técnica:

11.2 Atestado de Capacidade Técnica em nome da Proponente, no qual se ateste que a empresa executou a qualquer tempo serviços/fornecimento de complexidade similar ou superior ao objeto do presente Termo.

11.3 Declaração de Disponibilidade Operacional:

11.3.1 A licitante deverá apresentar declaração, em papel timbrado da empresa, contendo as seguintes informações:

11.3.1.1.1 Declaração que possui equipe técnica especializada, devidamente qualificada e dimensionada para atender integralmente aos requisitos da licitação, incluindo, no mínimo, 01 (um) profissional com qualificação compatível com a execução do objeto licitado;

11.3.1.1.2 Os chamados da Administração Pública, será observado os seguintes prazos:

11.3.2 Manutenção corretiva na sede do Município: até 02 (duas) horas;

11.3.3 Manutenção corretiva na zona rural: até 06 (seis) horas.

11.4 Registro Institucional:

11.4.1 Apresentação de comprovação de registro da empresa junto à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, atestando sua regularidade para execução dos serviços previstos na licitação.

11.4.2 Registro Profissional:

11.4.3 Demonstração de regularidade do registro da empresa e de seu responsável técnico junto aos órgãos competentes, conforme aplicável:

11.4.4 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT.

11.5 Vínculo do Responsável Técnico:





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



11.5.1 O profissional designado como responsável técnico pela execução do objeto licitado deverá comprovar seu vínculo com a licitante por meio de um dos seguintes documentos:

11.5.2 Contrato social;

11.5.3 Contrato de prestação de serviços;

11.5.4 Registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

11.5.5 Serão aceitos como responsáveis técnicos apenas profissionais com formação em Engenharia Elétrica ou Técnico em Telecomunicações.

11.6 Conectividade e Infraestrutura de Backbone

11.6.1 A licitante deverá apresentar documentação comprobatória de que sua infraestrutura de backbone está interligada a, no mínimo, 02 (dois) Sistemas Autônomos (AS - Autonomous Systems) com saídas internacionais, devidamente licenciados pela ANATEL para prestação de serviços SCM, garantindo uma capacidade de banda de saída de, pelo menos, 10 Gbps.

11.6.2 Não serão aceitos documentos com data de validade vencida. Os documentos que não tragam seus prazos de validade expresso, só serão aceitos desde que não ultrapassem o prazo de 60 (sessenta) dias da data de sua emissão;

11.7 No caso de alguma restrição na comprovação da REGULARIDADE FISCAL, as Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte terão prazo adicional de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período (a critério da Administração Pública) da decisão do(a) pregoeiro(a) que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

11.8 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme dispõe o Art. 43 da lei complementar 123/2003.

11.9 Se as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte desatender a habilitação pedida quanto a Capacidade Jurídica, Qualificação Técnica ou Qualificação Econômica, estará isso facto inabilitada.

11.10 A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado ao Pregoeiro(a) convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou instrumentos congêneres, ou propor a revogação deste Pregão.

11.11 Quando a licitante apresentar certidão extraída por meio da internet, que não seja original, fica a critério do Pregoeiro(a) efetuar a consulta no site correspondente, para verificação da sua autenticidade.

12 DAS OBRIGAÇÕES

12.1 Compete ao CONTRATANTE:

12.1.1 Efetuar os pagamentos dentro das condições estabelecidas neste Estudo;

12.1.2 Aplicar as penalidades cabíveis previstas, se constatadas irregularidades nos serviços prestados, bem como responsabilizar a Contratada por danos que possam ser causados ao Município;

12.1.3 Fiscalizar a realização dos serviços, bem como requisitar, quando necessária, a promoção de medidas para a regularidade da prestação do serviço;

12.1.4 Rejeitar, no todo ou em parte a prestação dos serviços caso esta não apresente resultados satisfatórios ou conforme as obrigações assumidas pela Contratada;

12.1.5 Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade observada no cumprimento do Contrato;





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



12.1.6 A Administração se reserva o direito de suspender a prestação dos serviços em desacordo com o pactuado entre as partes.

12.1.7 Convocar o classificado em segundo lugar para efetuar o serviço, e assim sucessivamente quanto aos demais classificados, caso a Contratada deixe de executar o serviço no prazo de 02 (dois) dias úteis, aplicadas aos faltosos às penalidades cabíveis.

12.2 Compete à CONTRATADA:

12.2.1 Os serviços deverão ser executados de acordo com aqueles adjudicados e especificados no neste termo, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente.

12.2.2 Atender a ordem de execução de serviços no ato da autorização;

12.2.3 No caso da manutenção corretiva a licitante vencedora deverá atender ao chamado da Administração imediatamente para solucionar os defeitos de funcionamento no prazo máximo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do chamado conforme 6.2.2.

12.2.4 Os serviços estão relacionados à sustentação das atividades das unidades pertencentes à Prefeitura Municipal de Rio Crespo-RO, as diversas Secretarias e seus departamentos, bem como todos os pontos onde a Prefeitura se faça representar;

12.2.4.1 Em se criando novos departamentos a empresa será obrigada a fornecer os serviços nas mesmas condições.

12.2.5 As atividades ocorrerão tanto em ambiente interno da Prefeitura de Rio Crespo-RO, como em ambiente externo, nas diversas Secretarias e seus departamentos, bem como em todos os pontos onde a Prefeitura se faça representar.

12.2.6 O prestador dos serviços deverá disponibilizar a quantidade de técnicos necessária para atender aos chamados da Prefeitura de Rio Crespo-RO no prazo estipulado, devendo indicar como responsável técnico, no mínimo, 01 (um) profissional especializado.

12.2.7 Caso o prestador dos serviços não restabelecer o pleno funcionamento do equipamento no local de instalação, deverá imediatamente, substituí-lo às suas expensas, por outro equipamento reserva de características idênticas (ou superiores) às do equipamento retirado. Caso não seja cumprido tal quesito, estará sujeito às sanções;

12.2.8 O período que o equipamento originalmente instalado estiver sofrendo reparos não deverá ser superior a 30 (trinta) dias corridos;

12.2.9 Caso a licitante vencedora deixe de executar o serviço no prazo de 02 (dois) dias úteis, a Administração convocará o classificado em segundo lugar para efetuar o serviço, e assim sucessivamente quanto aos demais classificados, aplicadas aos faltosos às penalidades cabíveis;

12.2.10 Os serviços deverão ser executados conforme solicitações dos órgãos de cada Secretaria responsável;

12.2.11 A Contratada deverá apresentar RELATÓRIO MENSAL, que conterà pelo menos as seguintes informações:

12.2.12 relação dos circuitos, velocidade e endereços de instalação;

12.2.13 operações de manutenção realizadas se houver;

12.2.14 especificações dos componentes substituídos, se houver;

12.2.15 outros serviços realizados inclusive manutenção preventiva, se houver;

12.2.16 nome, CPF e assinatura do técnico responsável.

12.2.17 A licitante vencedora ficará obrigada a atender as solicitações efetuadas dentro do prazo legal e prestar esclarecimentos ao contratante sobre eventuais atos ou fatos notificados que a envolva independente de solicitação;

12.2.18 Manter, por si, por seus propostos e contratados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à agendas dos servidores da CONTRATANTE;





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”

12.2.19 Responder perante a CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão na condução dos serviços de sua responsabilidade ou por erro seu em quaisquer serviços objeto deste contrato;

12.2.20 Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para a CONTRATANTE;

12.2.21 A contratação de empregados pela CONTRATADA é de sua inteira responsabilidade; sendo que se houver ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, a CONTRATADA adotará as providências necessárias no sentido de preservar a CONTRATANTE e de mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza e, não o conseguindo, se houver condenação, reembolsará a CONTRATANTE das importâncias que esta tenha sido obrigada a pagar, dentro do prazo improrrogável de dez dias úteis a contar da data do efetivo pagamento;

12.2.22 A CONTRATADA se obriga a confiar a execução dos serviços, objeto deste Contrato, a profissionais especializados e habilitados por ela devidamente selecionados.

12.2.23 Os funcionários ficarão para todos os efeitos legais e administrativos, sob a responsabilidade da CONTRATADA, a quem cabe responder pelos atos e omissões por eles praticados no desempenho de suas funções.

12.2.24 Os funcionários deverão ser devidamente treinados para execução dos serviços contratados, bem como uniformizados e identificados através de crachás que deverão estar em lugar visível acima da linha da cintura.

12.2.25 Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

12.2.26 A CONTRATADA ficará obrigada a atender as solicitações efetuadas dentro do prazo legal e prestar esclarecimentos ao contratante sobre eventuais atos ou fatos notificados que a envolva independente de solicitação;

12.2.27 A CONTRATADA deverá manter, durante toda execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.2.28 Em todos os casos de prestação de serviços aplicam-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei nº. 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor;

12.2.29 Todas as despesas relativas à execução do serviço e respectivas adaptações bem como salário dos profissionais alocados e seus encargos trabalhistas; deslocamentos dos profissionais e despesas com alimentação e estadia; impostos e demais encargos fiscais; taxas e encargos de qualquer natureza e quaisquer despesas incidentes; provimento e estoque de equipamentos que substituirão temporariamente aqueles em manutenção; margem de lucro e demais dispêndios correrão por conta única e exclusiva da empresa contratada.

12.2.30 O preço a ser oferecido mensalmente deverá ser elaborado considerando todas as disposições contidas neste termo.

13 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA:

13.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



13.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13.5 A execução do contrato/ARP deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato conforme decreto nº 129 de 17 de junho de 2024, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117 caput](#)), legalmente designados.

13.6 O (s) fiscal (is) do contrato acompanhará (ão) a execução do contrato/ARP, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

14 CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

14.1 RECEBIMENTO DO OBJETO:

14.2 Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

14.2.1 Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.2.2 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

14.2.3 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

14.2.4 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

14.2.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14.3 DO PAGAMENTO:

14.3.1 O pagamento será efetuado de acordo com o fornecimento, no prazo de até 30 (trinta) dias mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente atestada, juntamente das certidões de regularidade fiscal em plena validade, previstas na Lei 14.133/2021.

14.3.2 A Contratada deverá obrigatoriamente encaminhar os seguintes documentos quando da entrega:

14.3.2.1 Nota Fiscal ou documento equivalente gerada de acordo com o fornecimento das quantidades de itens solicitados e entregues na Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço;

14.3.2.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;





14.3.2.3 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

14.3.2.4 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (ISSQN), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente na forma da Lei. Certidão Negativa ou Positiva (com efeito suspensivo) de Débitos Gerais, o município que não prover da certidão de débitos gerais, o licitante deverá apresentar certidão negativa de débitos imobiliários e mobiliário.

14.3.3 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

14.3.4 A falta de um dos documentos dispostos na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, poderá implicar no não recebimento.

15 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, modo de disputa ABERTO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

15.1 DA PROPOSTA DO FORNECEDOR:

A proposta comercial deverá ser apresentada de forma clara, completa e detalhada, contemplando **planilha de composição de custos e formação de preços**, em conformidade com o objeto licitado, de modo a permitir a análise da exequibilidade, da compatibilidade dos preços ofertados e da adequada composição do valor global da contratação.

A proposta deverá contemplar, obrigatoriamente, todos os custos necessários à perfeita execução do objeto, inclusive aqueles relacionados à instalação, implantação, fornecimento de materiais, cabeamento, equipamentos em comodato, deslocamento, mão de obra, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fretes, ferramentas, testes, configurações e demais despesas diretas e indiretas. A pesquisa de preços do processo já orienta que os valores informados devem englobar todos esses custos.

A licitante deverá apresentar a proposta acompanhada de **planilha detalhada**, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I – VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO, correspondente ao preço total ofertado para a execução integral do objeto;

II – VALORES POR SETOR/UNIDADE, com discriminação individualizada dos locais de instalação e prestação dos serviços, contendo, no mínimo:

- identificação do setor/unidade;
- velocidade do link a ser disponibilizado;
- valor mensal por unidade;
- valor total por unidade, considerado o período contratual, quando aplicável;

III – CUSTOS DE IMPLANTAÇÃO E INSTALAÇÃO, segregados dos custos mensais da prestação continuada, compreendendo, quando houver:

- instalação inicial;
- ativação dos links;
- configuração da rede;
- testes e validações;
- adequações técnicas necessárias ao funcionamento da solução;

IV – CUSTOS DE FORNECIMENTO DE CABOS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS À INSTALAÇÃO, com discriminação dos materiais que compõem a solução, tais como:

- cabos de rede;
- cabos de fibra óptica;
- conectores;





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”

- tomadas, espelhos, caixas e organizadores;
- patch cords;
- patch panels;
- racks;
- canaletas, eletrodutos, suportes e insumos correlatos;
- demais materiais indispensáveis à implantação da infraestrutura;

V – EQUIPAMENTOS FORNECIDOS EM REGIME DE COMODATO, com indicação individualizada, no mínimo, de:

- descrição do equipamento;
- marca e modelo, quando aplicável;
- quantitativo;
- setor/unidade de instalação;
- finalidade de uso na solução;
- informação expressa de que o fornecimento ocorrerá em regime de comodato, sem transferência de propriedade à Administração;

VI – CUSTOS RELATIVOS À MANUTENÇÃO, SUPORTE TÉCNICO, SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MONITORAMENTO E DEMAIS SERVIÇOS ACESSÓRIOS, quando integrantes da composição do preço ofertado.

A planilha deverá guardar compatibilidade com o objeto descrito neste Termo de Referência, especialmente quanto ao fornecimento de infraestrutura de rede, cabeamento estruturado, instalação completa, manutenção e disponibilização de equipamentos em comodato. O TR e a pesquisa de preços já descrevem expressamente esses componentes como integrantes da solução contratada.

A ausência de detalhamento mínimo da composição de custos, a omissão de valores relevantes para execução do objeto ou a apresentação de planilha incompatível com as exigências deste Termo de Referência poderá ensejar diligência, desclassificação da proposta ou adoção das demais medidas cabíveis, nos termos do edital e da legislação aplicável.

11 16 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

A administração opta por não divulgar os valores referenciais. O sigilo do valor de referência é um auxiliar útil à Administração na busca pela proposta mais vantajosa, visto que, a depender da concorrência existente em razão do objeto, eventual divulgação poderia fazer o licitante se restringir a obedecer ao limite estabelecido, afastando eventual negociação efetivamente proveitosa. Assim, a ânsia em maximizar a obtenção de oferta mais proveitosa justifica, por si só, que a informação quede restrita aos autos do processo administrativo, em anexo complementar, conforme possibilita o art. 24 da Lei 14.133/2021.

Destarte, a divulgação do orçamento pode comprometer uma das finalidades do procedimento licitatório, a seleção da proposta mais vantajosa, de modo que a avaliação dos princípios administrativos incutidos no certame de faça necessária, em especial quando de eventual requerimento de divulgação.

17 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

17.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício de acordo com os participantes do Procedimento de Pregão Eletrônico, Recursos estes informados no anexo do Documento de Formalização de Demanda de cada Secretaria.





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



Rio Crespo-RO, de março de 2026

ASSINATURAS Responsável:

Mari Gavioli - Cargo: Superintendente de Licitações Autoridade Requisitante:

RENATA NUNES ROMÃO - SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

JOAO BATISTA JOSE NORBERTO - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E
TRANSPORTES

EDERSON PEREIRA DE CAMPOS - SECRETÁRIO MUN. DE SERV. URBANOS E MEIO
AMBIENTE

EDELSON SOARES DA SILVA - SECRETARIO DE EDUCAÇÃO DESPORTO E LAZER

EDNA APARECIDA DE MORAES - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL

EDSON DA APARECIDA DIAS - CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO

LAXÇANDO DIAS - SECRETARIO MUNICIPAL DE SAUDE





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



MODELO MÍNIMO DE PLANILHA A SER APRESENTADA PELA LICITANTE:

ITEM	SETOR / UNIDADE	LINK / BANDA	VALOR DE INSTALAÇÃO / IMPLANTAÇÃO	VALOR DE CABOS E MATERIAIS	EQUIPAMENTOS EM COMODATO	VALOR MENSAL DO SERVIÇO	VALOR TOTAL
1	Sede Prefeitura Municipal	1 GB	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2	Sec. Obras / Urbanismo / Meio Ambiente	500 MB	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
3	CRAS	500 MB	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
4	Sec. Educação	500 MB	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
5	Escola Mun. Vaneide de Oliveira	1 GB	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
6	Escola Infantil Carrossel Dourado	1 GB	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
7	Sec. Saúde	500 MB	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
8	Unidade Básica de Saúde	500 MB	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
9	Hospital de Pequeno Porte	500 MB	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
10	Centro de Fisioterapia	300 MB	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
11	Almoxarifado – Saúde	200 MB	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
12	Conselho Tutelar	200 MB	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
13	Espaço da Feira Municipal	500MB	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
VALOR TOTAL:						R\$	

DECLARAÇÃO DA LICITANTE:

Declaramos que os valores constantes da proposta e da planilha de composição de custos contemplam todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, inclusive instalação, cabeamento, materiais, equipamentos em comodato, transporte, deslocamento, tributos, encargos, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, substituições, testes, configurações e demais





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



despesas correlatas, nada mais podendo ser pleiteado posteriormente a esse título.

Rio Crespo 28 de abril de 2026.





Município de Rio Crespo

63.761.977/0001-41
Av. Joaquim Pedro Sobrinho
www.riocrespo.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Termo de Referência	TERMO DE REFERENCIA	28/04/2026
ID: 161266		Processo
CRC: DE2CC313		Documento
Processo: 1-426/2025		
Usuário: MARI GAVIOLI		
Criação: 28/04/2026 11:24:04	Finalização: 28/04/2026 11:32:52	
MD5: 45058F769B07A16AEA4694DBE2227F68		
SHA256: C85E7A43C1D39B77996055D9DC6F293A41DBE56A689C9017126EA2CC273693CA		

Súmula/Objeto:

TERMO DE REFERENCIA








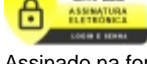
INTERESSADOS

TODAS SECRETARIAS 28/04/2026 11:24:04

ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO CONECTIVIDADE DE INTERNET, 28/04/2026 11:24:04

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	MARI GAVIOLI	AGENTE ADMINISTRATIVO	28/04/2026 11:33:07
Assinado na forma do Lei Municipal nº 941/2021.			
	RENATA NUNES ROMAO	SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	28/04/2026 11:48:36
Assinado na forma do Lei Municipal nº 941/2021.			
	JOAO BATISTA JOSE NORBERTO	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES	28/04/2026 12:20:42
Assinado na forma do Lei Municipal nº 941/2021.			
	EDSON DA APARECIDA DIAS	CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO	28/04/2026 12:29:30
Assinado na forma do Lei Municipal nº 941/2021.			
	LAXÇANDO DIAS	SECRETARIO DE SAUDE	28/04/2026 13:01:31
Assinado na forma do Lei Municipal nº 941/2021.			
	EDERSON PEREIRA DE CAMPOS	SECRETÁRIO MUN. DE SERV. URBANOS E MEIO AMBIENTE	28/04/2026 13:39:33
Assinado na forma do Lei Municipal nº 941/2021.			
	EDELSON SOARES DA SILVA	SECRETARIO DE EDUCAÇÃO DESPORTO E LAZER	28/04/2026 15:26:58
Assinado na forma do Lei Municipal nº 941/2021.			
	EDNA APARECIDA DE MORAES	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	29/04/2026 07:56:11
Assinado na forma do Lei Municipal nº 941/2021.			



Município de Rio Crespo

63.761.977/0001-41

Av. Joaquim Pedro Sobrinho

www.riocrespo.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.riocrespo.ro.gov.br informando o ID 161266 e o CRC DE2CC313.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 426/2025

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Telefone/E-mail: _____

Responsável Legal: _____

1. OBJETO

Prestação de serviços de provimento de acesso à internet banda larga por meio de fibra óptica, incluindo instalação, configuração, ativação, fornecimento de link dedicado, infraestrutura lógica, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico continuado, fornecimento de equipamentos em regime de comodato e demais serviços necessários ao atendimento das unidades administrativas do Município de Rio Crespo/RO, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

2. PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Serviços de internet fibra óptica, link dedicado, infraestrutura lógica, equipamentos em comodato, manutenção e suporte técnico	Mês	12	R\$	R\$

3. DECLARAÇÕES DA PROPOSTA

Declaramos que:

a) Nos preços ofertados estão inclusos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo:

- instalação;
- ativação;
- configuração;
- cabeamento;
- conectores;
- canaletas;
- racks;
- nobreaks;
- switches;



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



- roteadores;
- pontos de acesso;
- transceptores SFP/SFP+;
- fornecimento de equipamentos em comodato;
- suporte técnico;
- manutenção preventiva e corretiva;
- mão de obra;
- deslocamento;
- tributos;
- encargos sociais e trabalhistas;
- seguros;
- ferramentas;
- materiais;
- logística;
- e demais despesas necessárias à perfeita execução contratual.

b) A solução ofertada atenderá integralmente às exigências técnicas do Termo de Referência, inclusive quanto:

- utilização de fibra óptica multimodo e monomodo, conforme necessidade técnica;
- fornecimento de link dedicado;
- estabilidade da conexão;
- baixa latência;
- continuidade dos serviços;
- escalabilidade da infraestrutura;
- suporte técnico continuado;
- manutenção corretiva nos prazos exigidos pela Administração.

c) Os equipamentos fornecidos serão disponibilizados em regime de comodato, sem ônus adicional para a Administração Pública.

d) A proposta possui validade mínima de 60 (sessenta) dias.

Valor total da proposta por extenso:

(Local e Data)

Assinatura do Representante Legal



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 426/2025

DECLARAÇÃO UNIFICADA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada à _____, por intermédio de seu representante legal, DECLARA, para os devidos fins e sob as penalidades da lei:

a) ENQUADRAMENTO ME/EPP

Que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável.

b) HABILITAÇÃO

Que conhece e concorda integralmente com os termos do Edital e seus anexos, cumprindo plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no certame, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

c) TRABALHO DE MENOR

Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 68, VI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

d) FATOS IMPEDITIVOS

Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação e contratação com a Administração Pública, comprometendo-se a comunicar qualquer ocorrência superveniente.

e) QUADRO SOCIETÁRIO

Que não possui em seu quadro societário servidor público municipal, agente político ou ocupante de cargo em comissão do Município de Rio Crespo/RO, em situação que configure impedimento legal.

f) CAPACIDADE OPERACIONAL

Que possui equipe técnica especializada, infraestrutura operacional, equipamentos, ferramentas e suporte técnico suficientes para execução integral do objeto licitado.

g) PRAZOS DE ATENDIMENTO

Que atenderá aos chamados técnicos da Administração nos seguintes prazos máximos:

- até 02 (duas) horas para atendimento na sede do Município;
- até 06 (seis) horas para atendimento na zona rural.

h) RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Que possui responsável técnico com qualificação compatível com o objeto licitado, admitindo-se profissional com formação em Engenharia Elétrica ou Técnico em Telecomunicações, nos termos do Termo de Referência.

i) REGULARIDADE PERANTE A ANATEL

Que possui regularidade junto à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL para prestação dos serviços objeto desta licitação.

j) INTEGRALIDADE DOS CUSTOS



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



Que a proposta apresentada contempla todos os custos necessários à execução contratual, incluindo encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, tributários, operacionais e logísticos.

A empresa declara estar ciente de que a falsidade das informações prestadas poderá ensejar aplicação das penalidades previstas na legislação vigente, inclusive no art. 299 do Código Penal.

(Local e Data)

Nome e assinatura do representante legal



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 426/2025

DECLARAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

À

Prefeitura Municipal de Rio Crespo/RO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, neste ato representada por _____, CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins, que:

a) A proposta apresentada para participação no Pregão Eletrônico nº ____/2026 é plenamente exequível, compatível com os preços praticados no mercado e suficiente para execução integral do objeto licitado.

b) Possui condições técnicas, operacionais e financeiras para execução dos serviços de:

- fornecimento de internet banda larga em fibra óptica;
- instalação e ativação dos links;
- implantação da infraestrutura lógica;
- fornecimento de equipamentos em comodato;
- manutenção preventiva e corretiva;
- suporte técnico continuado;
- atendimento urbano e rural.

c) O valor ofertado contempla integralmente:

- fornecimento de fibra óptica multimodo e monomodo;
- equipamentos de rede;
- switches;
- roteadores;
- access points;
- cabeamento;
- conectores;
- nobreaks;
- racks;
- materiais de instalação;
- deslocamentos;
- suporte técnico;
- manutenção;
- mão de obra;
- tributos;
- encargos legais;



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



- e demais custos necessários à perfeita execução contratual.
- d)** A empresa possui capacidade para atendimento dos chamados técnicos nos prazos estabelecidos no Termo de Referência.
- e)** A solução ofertada observa as exigências técnicas previstas no Termo de Referência, especialmente quanto à estabilidade, escalabilidade, baixa latência, continuidade da conexão e desempenho da rede.

Declara, ainda, estar ciente de que a apresentação de proposta inexequível poderá ensejar desclassificação e aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

(Local e Data)

Nome e assinatura do representante legal



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
"Lei de Criação N.º 376/1992 - 13/02/92".
"Secretaria Municipal de Gestão Pública e Planejamento"
"Departamento de Compras, Licitações e Contratos"
E-mail contratos.atas@riocrespo.ro.gov.br



MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 426/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE CONECTIVIDADE, INFRAESTRUTURA DE REDE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.

O MUNICÍPIO DE RIO CRESPO, Pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 63.761.977/0001-41, com sede na Avenida Joaquim Pedro Sobrinho, nº 1040, Centro na cidade de Rio Crespo – RO, neste ato, representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal Eder da Silva, brasileiro, pessoa física inscrita no portador do Registro Geral - CPF nº 713.164.002-63, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa xxxxxxxx, CNPJ nº xxxxxxxx, sediada na XXXXX no Município de xxxxx telefone:XXXXX E-mail: XXXXXXXX doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado por por (cargo e nome), Carteira de identidade nº XXXX, inscrito no CPF nº XXXXX, resolvem celebrar o presente instrumento contratual, e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Processo Administrativo nº 426/2025, Pregão Eletrônico nº _/2026**, tendo por finalidade estabelecer os direitos, deveres e obrigações das partes, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços contínuos de conectividade corporativa por meio de link dedicado de internet em fibra óptica, tecnologia full duplex, com garantia mínima de 100% da banda contratada, contemplando integralmente:





- I – Fornecimento de link dedicado simétrico (upload/download);
- II – Implantação completa de infraestrutura lógica interna e externa;
- III – Execução de cabeamento estruturado (UTP, fibra óptica e acessórios);
- IV – Fornecimento de racks, patch panels, switches, roteadores e demais ativos;
- V – Disponibilização de equipamentos em regime de comodato;
- VI – Implementação de solução de segurança NGFW com IDS/IPS;
- VII – Filtragem de conteúdo por categorias;
- VIII – Controle técnico de acesso à rede;
- IX – Monitoramento contínuo da infraestrutura;
- X – Manutenção preventiva e corretiva;
- XI – Suporte técnico especializado 24x7.

1.2. A solução deverá operar de forma contínua, assegurando disponibilidade, integridade, confidencialidade e desempenho da rede.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS SECRETARIAS E UNIDADES ATENDIDAS

2.1. O objeto será executado para atendimento das seguintes unidades administrativas:

- Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento;
- Secretaria Municipal de Obras e Transporte;
- Secretaria de Municipal Serviços Urbanos
- Secretaria Municipal de Saúde (incluindo unidades básicas e hospital);
- Secretaria Municipal de Educação (incluindo escolas e creches);
- Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Gabinete do Prefeito;
- Demais prédios públicos municipais.

2.2. A CONTRATADA deverá atender integralmente todas as localidades descritas no Termo de Referência.





CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. O contrato rege-se pela Lei nº 14.133/2021, especialmente:

- Art. 6º – definições;
- Art. 18 – planejamento;
- Arts. 89 a 95 – contratos administrativos;
- Art. 92 – cláusulas obrigatórias;
- Art. 107 – vigência;
- Art. 117 – fiscalização;
- Art. 124 – equilíbrio econômico-financeiro;
- Art. 140 – recebimento;
- Art. 141 – pagamento;
- Art. 156 – sanções.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

4.1. Integram este contrato:

I	–	Termo	de	Referência	e	anexos	técnicos;
II	–			Estudo	Técnico		Preliminar;
III	–			Editais	e		anexos;
IV	–			Proposta	da		contratada;
V	–			Documentos	de		habilitação;
VI –Pesquisa de Preço							
VII– Atos administrativos do processo.							

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

5.1. O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura.





5.2. O prazo poderá ser **prorrogado**, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse da Administração, comprovação da vantajosidade e manutenção das condições contratuais.

5.3. Poderá haver a **renovação dos quantitativos** na prorrogação, conforme o **PARECER n. 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU**, desde que comprovado preço vantajoso e disponibilidade orçamentária.

5.4. A prorrogação será formalizada pôr **termo aditivo**, mediante justificativa e autorização da autoridade competente.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O valor total da contratação é de **R\$ XX (XXX)**, correspondente ao valor adjudicado no certame licitatório.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto, tais como tributos, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, frete, seguro e demais custos inerentes ao cumprimento integral do contrato.

6.3. O pagamento será efetuado de forma **mensal ou conforme a execução/fornecimento**, proporcional ao objeto efetivamente executado, mediante apresentação de **nota fiscal eletrônica**, devidamente atestada pelo fiscal do contrato ou comissão competente.

6.4. O pagamento será realizado no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, podendo, conforme o Termo de Referência, observar o prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, desde que haja disponibilidade orçamentária e financeira.





6.5. O pagamento estará condicionado à comprovação da regular execução do objeto, bem como à apresentação das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, incluindo:

- I – Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Estadual;
- II – Prova de regularidade com a Fazenda Municipal;
- III – Prova de regularidade relativa ao FGTS;
- IV – Prova de regularidade junto à Seguridade Social;
- V – Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

6.6. O prazo para pagamento será contado a partir da data do atesto da nota fiscal, após conferência e aceitação do objeto pela Administração.

6.7. Havendo atraso no pagamento por parte da Administração, não decorrente de culpa da contratada, será devida **atualização monetária**, nos termos do art. 141, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

6.8. O pagamento poderá ser suspenso em caso de irregularidade na execução contratual ou na documentação apresentada, até sua regularização, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento Geral do Município do exercício vigente, vinculadas às Secretarias participantes do procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico.

7.2. As dotações orçamentárias correspondentes são as seguintes:

I	–	GABINETE	DO	PREFEITO
Função		Programática:		04.122.0004.2002.0000
Atividade:		Operacionalidade das	Atividades do	Gabinete





Ficha: 018

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

II – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função Programática: 04.122.0003.0204.0000

Atividade: Operacionalidade das Atividades da Assistência Social

Ficha: 228

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

III – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTE

Função Programática: 04.122.0002.2029.0000

Atividade: Operacionalidade das Atividades da Secretaria Municipal de Obras e Transporte

Ficha: 228

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

IV – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Função Programática: 10.122.0008.2048.0000

Atividade: Operacionalidade das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde

Ficha: 182

Código Reduzido: 292

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

V – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Função Programática: 12.361.0009.1002.0000

Atividade: Ampliação e Melhoria da Rede de Ensino (MDE)

Ficha: 292

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

VI – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE

Função Programática: 04.122.0002.2021.0000





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
"Lei de Criação N.º 376/1992 - 13/02/92".
"Secretaria Municipal de Gestão Pública e Planejamento"
"Departamento de Compras, Licitações e Contratos"
E-mail contratos.atas@riocrespo.ro.gov.br



Atividade: Operacionalidade das Atividades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
e Meio Ambiente

Ficha: 057

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

VII – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PLANEJAMENTO

Função Programática: 04.122.0002.2002.0000

Atividade: Operacionalidade das Atividades da Secretaria Municipal de Gestão Pública e Planejamento

Ficha: 035

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

7.3. Eventuais suplementações ou alterações das dotações indicadas nesta cláusula observarão a legislação vigente, não caracterizando alteração do objeto contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1. Os preços contratados poderão ser **reajustados anualmente**, mediante aplicação do índice **IPCA**, observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, tendo como **data-base a data do orçamento estimado da contratação**.

8.2. Será assegurada a manutenção do **equilíbrio econômico-financeiro** do contrato, podendo ser revista a qualquer tempo, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis.

8.3. O reajuste e o reequilíbrio deverão ser formalizados por meio de termo aditivo, devidamente justificado e autorizado pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DO LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO





9.1. A execução do objeto ocorrerá nas unidades indicadas no **Termo de Referência**, parte integrante deste contrato.

9.2. A CONTRATADA deverá:

- I – realizar vistoria técnica prévia;
- II – executar a instalação completa da solução;
- III – fornecer todos os materiais, equipamentos e insumos necessários;
- IV – garantir o pleno funcionamento do objeto contratado;
- V – não gerar custos adicionais ao CONTRATANTE.

9.3. A execução deverá observar as normas técnicas e regulatórias aplicáveis, especialmente as da ANATEL e da ABNT.

9.4. As demais condições de execução são as constantes no **Termo de Referência**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (ANS)

10.1 A Contratada deverá garantir disponibilidade mínima mensal dos serviços de 99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento).

10.2 O atendimento técnico deverá observar os seguintes prazos máximos, conforme o nível de criticidade:

- Crítico: resposta em até 15 (quinze) minutos e solução em até 2 (duas) horas;
- Alto: resposta em até 30 (trinta) minutos e solução em até 4 (quatro) horas;
- Médio: resposta em até 1 (uma) hora e solução em até 8 (oito) horas;
- Baixo: resposta em até 4 (quatro) horas e solução em até 24 (vinte e quatro) horas.

10.3 O serviço deverá ser monitorado continuamente em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana (24x7), garantindo a detecção e mitigação de falhas em tempo real.





CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1 O objeto será recebido provisoriamente no ato da entrega, mediante apresentação da nota fiscal ou documento equivalente, pelo responsável pela fiscalização do contrato, para verificação posterior de conformidade com o Termo de Referência e a proposta.

11.2 Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos no prazo de até 2 (dois) dias, às expensas da CONTRATADA.

11.3 O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade do objeto, mediante termo de aceitação.

11.4 O prazo previsto para o recebimento definitivo poderá ser prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando necessário à verificação das exigências contratuais.

11.5 A correção de inconsistências ou irregularidades não será computada para fins de recebimento definitivo.

11.6 O recebimento provisório ou definitivo não exime a CONTRATADA das responsabilidades civil, técnica e ética pela execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. É vedada a subcontratação total do objeto contratual, nos termos do art. 122, §2º, da Lei nº 14.133/2021,

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO COMODATO

13.1. Os equipamentos necessários à execução do objeto serão fornecidos pela CONTRATADA em **regime de comodato**, permanecendo sob sua propriedade durante toda a vigência contratual.





13.2. O comodato será regido pelas disposições dos **arts. 579 a 585 do Código Civil**, bem como pela Lei nº 14.133/2021 e pelas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência.

13.3. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento, instalação, manutenção, substituição e perfeito funcionamento dos equipamentos, sem ônus adicional ao CONTRATANTE.

13.4. Será formalizado instrumento específico de comodato, vinculado a este contrato, contendo a relação dos equipamentos, local de instalação, estado de conservação e responsabilidades das partes.

13.5. Ao término do contrato, os equipamentos deverão ser devolvidos à CONTRATADA, em condições normais de uso, ressalvado o desgaste natural.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA

14.1. A Contratada deverá garantir a **qualidade, continuidade e desempenho** do objeto contratado, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente da ABNT e INMETRO, bem como com a Lei nº 8.078/1990, em especial o art. 39, inciso VIII.

14.2. Os bens e serviços fornecidos deverão atender às especificações do Termo de Referência, sendo obrigatória a **substituição ou correção imediata** daqueles que apresentarem vícios, defeitos ou desconformidades.

14.3. Uma vez notificada, a Contratada deverá realizar a **reparação ou substituição no prazo máximo de até 12 (doze) horas**, contados da comunicação formal da Administração.

14.4. Não será exigida garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.





CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

15.1 A Contratada deverá garantir a segurança da informação por meio da implementação e manutenção de mecanismos e soluções tecnológicas adequadas à proteção da rede e dos dados da Contratante.

15.2 Deverão ser obrigatoriamente disponibilizados e mantidos em operação, no mínimo, os seguintes recursos de segurança:

- Firewall de próxima geração (NGFW);
- Sistemas de detecção e prevenção de intrusões (IDS/IPS);
- Filtragem de conteúdo;
- Controle de acesso lógico;
- Proteção contra ataques cibernéticos.

15.3 As demais condições, requisitos técnicos e especificações relativas à segurança da informação encontram-se detalhadas no Termo de Referência, o qual integra o presente instrumento para todos os fins de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

16.1. A Contratada e o Contratante obrigam-se a observar integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais e institucionais tratados no âmbito deste contrato.

16.2. A solução deverá ser implementada com foco na **segurança da informação**, incluindo: proteção da infraestrutura, prevenção de incidentes cibernéticos, controle de acessos, segmentação lógica da rede, preservação da disponibilidade dos serviços e proteção dos dados institucionais.

16.3. As funcionalidades de segurança (firewall, prevenção de intrusão, filtragem de aplicações e conteúdo, e geração de logs) deverão ser utilizadas exclusivamente para:





- I – segurança da rede e dos ativos tecnológicos;
- II – identificação e tratamento de falhas;
- III – prevenção de acessos indevidos;
- IV – resposta a incidentes;
- V – continuidade dos serviços públicos;
- VI – aplicação de políticas institucionais de segurança, inclusive bloqueio de conteúdos impróprios.

16.4. É vedada a utilização da solução para:

- I – monitoramento individualizado de usuários;
- II – acesso a conteúdo privado ou comunicações pessoais;
- III – perfilamento comportamental de usuários;
- IV – emissão de relatórios individualizados de navegação, salvo hipótese legal e devidamente justificada.

16.5. Os logs e registros técnicos deverão ser limitados ao mínimo necessário, utilizados exclusivamente para fins de segurança e operação, observando os princípios da finalidade, necessidade, minimização, segurança e acesso restrito, com retenção pelo prazo estritamente necessário.

16.6. A Contratada deverá garantir o sigilo, a integridade e a confidencialidade das informações, não podendo utilizá-las para fins diversos dos previstos neste contrato.

16.7. O descumprimento das disposições desta cláusula sujeitará a Contratada às sanções previstas na legislação vigente e neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Executar integralmente o objeto contratado, conforme o Termo de Referência, garantindo a prestação de serviço de internet com disponibilidade, desempenho e qualidade exigidos.





17.2. Assegurar o cumprimento dos níveis de serviço (SLA), incluindo disponibilidade do link, tempo de atendimento e solução de falhas, conforme parâmetros contratuais.

17.3. Realizar a instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura de rede, incluindo cabeamento, equipamentos e ativos necessários.

17.4. Garantir a segurança da informação, incluindo a implantação e operação de soluções de firewall (NGFW), proteção contra acessos indevidos e preservação da integridade dos dados.

17.5. Manter sigilo sobre todas as informações e dados acessados em razão da execução contratual, vedada qualquer divulgação ou uso indevido.

17.6. Disponibilizar suporte técnico contínuo, com atendimento dentro dos prazos estabelecidos, inclusive para correção de falhas e indisponibilidades.

17.7. Responsabilizar-se pela qualidade e regularidade dos serviços prestados, respondendo por eventuais falhas, prejuízos ou descumprimento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

18.1. Fiscalizar a execução do contrato por meio de gestor e fiscais designados, verificando o cumprimento das obrigações e dos níveis de serviço (SLA).

18.2. Efetuar o pagamento devido, na forma e prazos estabelecidos, após a devida liquidação da despesa.

18.3. Definir diretrizes técnicas e operacionais necessárias à execução do objeto.

18.4. Disponibilizar acesso às unidades, instalações e informações necessárias à implantação e manutenção da infraestrutura.

18.5. Validar a execução dos serviços, incluindo testes e aceite técnico.





18.6. Comunicar formalmente à Contratadas quaisquer irregularidades identificadas.

18.7. As demais obrigações do Contratante são aquelas previstas no **Termo de Referência**, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS PENALIDADES

19.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratada ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

19.2. As sanções administrativas aplicáveis são: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade.

19.3. A multa será aplicada nos seguintes termos:

I – **Multa de mora:** 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 10% (dez por cento);

II – **Multa por inexecução parcial:** até 10% (dez por cento) sobre o valor da parte não executada;

III – **Multa por inexecução total:** até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

19.4. As penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme a gravidade da infração, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.5. O valor das multas poderá ser descontado dos pagamentos devidos à Contratada ou cobrado administrativamente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA MATRIZ DE RISCO

20.1. A alocação dos riscos contratuais observará o disposto no **art. 22 da Lei nº 14.133/2021**, sendo distribuídos entre as partes conforme a natureza de cada evento.





20.2. Integra este contrato, como parte indissociável, a **Matriz de Riscos constante do processo administrativo**, que define as responsabilidades, medidas mitigadoras e formas de tratamento dos riscos identificados.

20.3. Caberá à Contratada os riscos inerentes à execução do objeto, incluindo falhas técnicas, operacionais e de desempenho, enquanto à Administração competem os riscos relacionados à gestão contratual e disponibilização de condições necessárias.

20.4. Os riscos serão monitorados durante toda a execução contratual, podendo ser revistos mediante justificativa, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO CRONOGRAMA

21.1 A Contratada deverá realizar a implantação integral do objeto no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

21.2 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado mediante justificativa formal, devidamente aceita pela Contratante, nos termos da legislação vigente e das condições contratuais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDO – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

22.1. A execução do contrato será acompanhada por gestor e fiscais designados pelo CONTRATANTE, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

22.2. Compete ao gestor acompanhar a execução global do contrato e adotar as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

22.3. Compete aos fiscais verificar a execução dos serviços, atestar a conformidade e registrar eventuais ocorrências.





22.4. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução do objeto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

23.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos **arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021**, por ato unilateral da Administração, por acordo entre as partes ou por decisão judicial.

23.2. Constituem motivos para rescisão, dentre outros, o descumprimento das obrigações contratuais, a paralisação injustificada da execução e demais hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

23.3. A rescisão será formalmente motivada, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 138 da Lei nº 14.133/2021.

23.4. Os efeitos da rescisão observarão o disposto no art. 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

24.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012, respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO FORO





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Lei de Criação N.º 376/1992 - 13/02/92”.
“Secretaria Municipal de Gestão Pública e Planejamento”
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”
E-mail contratos.atas@riocrespo.ro.gov.br



25.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ariquemes, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

25.2 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato vai eletronicamente assinado pelos contraentes, depois de lido e achado em ordem.

Rio Crespo, *data da última assinatura digital.*

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
CNPJ: 63.761.977/0001-41
REPRESENTANTE: EDER DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

(NOME DA RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)
CNPJ:
REPRESENTANTE:
CONTRATADA





Município de Rio Crespo

63.761.977/0001-41
Av. Joaquim Pedro Sobrinho
www.riocrespo.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Minuta	de Contrato Administrativo	05/05/2026

ID: **162463**

CRC: **65331AED**

Processo: **1-426/2025**

Usuário: **LEIDIANE VIEIRA DOS SANTOS**

Criação: **05/05/2026 10:55:33** Finalização: **05/05/2026 11:03:33**

Processo



Documento



MD5: **A7880B879EF031C79BF850BC923B2AA3**

SHA256: **16598C71FADADFFE4B2B8A0A02BC48F46B92E85052FF9504F4C7E3344B6AE595**

Súmula/Objeto:

Minuta de Contrato Administrativo

INTERESSADOS

TODAS SECRETARIAS

05/05/2026 10:55:33

ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO CONECTIVIDADE DE INTERNET,

05/05/2026 10:55:33

ASSINATURAS ELETRÔNICAS



LEIDIANE VIEIRA DOS SANTOS

GESTOR DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
CONVÊNIO E ACO

05/05/2026 11:03:50

Assinado na forma do Lei Municipal nº 941/2021.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.riocrespo.ro.gov.br informando o ID 162463 e o CRC 65331AED.